



**BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ/MF 11.395.624/0001-71

NIRE 35.300.374.797

São Paulo, 29 de março de 2018.

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018

## ÍNDICE

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	04
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	05
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL.....	85
ANEXO À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL.....	86
MATÉRIAS EM SEDE DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA .....	96
ORIENTAÇÕES GERAIS .....	101
BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA – MATÉRIAS AGO.....	103
BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA – MATÉRIAS AGE.....	105

**EM SEDE DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO  
(ART. 9º DA ICVM 481/2009)**

Senhores Acionistas: a Diretoria da **BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Companhia”) informa que a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 1.622 milhões referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o qual foi alocado na conta de prejuízos acumulados.

Devido ao saldo negativo do prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acrescido do montante em prejuízos acumulados dos anos anteriores, a Companhia (i) não distribuirá dividendos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e (ii) não realizará a apresentação do Anexo 9-1-II, conforme o artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481, de 7 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/2009”).

São Paulo, 29 de março de 2018

**A DIRETORIA**

## COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Item 10 do Formulário de Referência, Instrução CVM n. 480, de 7 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”)

### 10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Brasil Pharma permanece entre as principais empresas do setor de varejo farmacêutico no Brasil, operando, atualmente, por meio das redes Drogarias Big Ben e Farmácia Sant’ana, localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, que representam alto potencial de crescimento e menor nível de competição em comparação com as demais regiões do País, e pela rede de franquias Farmais, cujas atividades estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com 717 pontos de venda, dos quais 287 próprios e 430 franquias. Em 31 de dezembro de 2016, eram 820 pontos de venda, dos quais 373 próprios e 447 franquias e, em 31 de dezembro de 2015, eram 989 pontos de venda, sendo 532 próprios e 457 franquias. A redução na quantidade de pontos de vendas existentes em 31 de dezembro de 2017 em comparação com o final do ano de 2016, deve-se, substancialmente, ao foco de operação de lojas próprias apenas nos Estados do Pará, Pernambuco e Bahia. A redução na quantidade de pontos de vendas mantidos ao final do exercício de 2016 em comparação com o exercício de 2015 refere-se majoritariamente à alienação da rede Drogarias Rosário, que mantinha 151 lojas em 31 de dezembro de 2015, concretizada em 10 de novembro de 2016. Enquanto a redução da quantidade de pontos de venda mantidos ao final do exercício de 2015 em comparação com o exercício de 2014 deve-se principalmente à venda da Drogaria Mais Econômica, que possuía 187 lojas em 31 de dezembro de 2014, realizada em 11 de novembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha dívida total (composta por empréstimos e financiamentos e por debêntures registrados nos passivos circulante e não circulante) de R\$1.015,9 milhões, um aumento de 59,9% em relação aos R\$635,2 milhões, registrados no final do exercício de 2016. Em 2016 de dezembro de 2016, a dívida total da Companhia (composta por empréstimos e financiamentos e por debêntures registrados nos passivos circulante e não circulante) era de R\$635,2 milhões, uma redução de 35,7% em relação aos R\$987,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015, sendo que este último representou um aumento de 31,4% quando comparado aos R\$751,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014.

A dívida total é composta por: (i) empréstimos e financiamentos (circulante) no montante de R\$590,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, registrando um aumento de 321,9% em relação aos R\$139,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, registrados no circulante e não circulante, apresentando uma redução de 74,2% em relação aos R\$541,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que este último representou uma redução de 13,3% quando comparado aos R\$625,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014; (ii) debêntures (circulante) no montante de R\$425,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 14,0% quando comparada aos R\$495,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 41,8% em

relação aos R\$349,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que este último representou um aumento de 1.060,5% quando comparado aos R\$30,1 milhões em 31 de dezembro de 2014; e (iii) contas a pagar por aquisição de investimento (parcelas diferidas das aquisições de plataformas) (circulante) integralmente liquidadas em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 100% em relação aos R\$96,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que este último representou um aumento de 0,1% em relação aos R\$96,0 milhões em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos, como swaps cambiais para eliminar o risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Em dezembro de 2017, a Companhia não possuía contratos vigentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como não registrava nenhum saldo ativo ou passivo decorrente de operações dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de instrumentos financeiros derivativos era um passivo de R\$0,1 milhões, comparado com um ativo de R\$30,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, e ainda um ativo de 30,2 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia dispunha de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ R\$3,4 milhões, uma redução de 91,5% em relação ao saldo existente no final do ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou caixa e equivalentes de caixa de R\$39,8 milhões, um aumento de 100,9% em relação aos R\$19,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015, sendo que este último representou uma redução de 45,1% quando comparado aos R\$36,1 em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía aplicações financeiras em comparação com os R\$26,7 milhões mantidos no final do exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía R\$26,7 milhões em aplicações financeiras não equivalentes de caixa, um aumento de 100% quando comparado a 31 de dezembro de 2015 ou 31 de dezembro de 2014, considerando que a Companhia não possuía esta modalidade de investimento.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida da Companhia, representada pela dívida total menos caixa e equivalentes de caixa, era de R\$1.012,6 milhões, um aumento de 78,0% em relação à dívida líquida existente no final do exercício de 2016. A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2016, dívida líquida (representada pela dívida total menos caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos) no valor de R\$568,7 milhões, uma redução de 39,3% em relação aos R\$937,3 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015, sendo que este último representou um aumento de 36,9% quando comparadas aos R\$684,8 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida total da Companhia era integralmente de curto prazo. A dívida de longo prazo em relação a dívida total representava, em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 era de 1,3%, 1,9% e 20,6%, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida total da Companhia aumentou em relação ao exercício de 2016,

principalmente em virtude da emissão de debêntures (6ª emissão) para reforço no capital de giro. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida total da Companhia reduziu em relação ao exercício de 2015, principalmente em razão da Oferta Restrita, dada a destinação do aumento de capital no valor R\$400 milhões, utilizados na liquidação da 3.ª Emissão de debêntures da Companhia. Já em 31 de dezembro de 2015, a dívida total da Companhia aumentou em relação a 31 de dezembro de 2014 em razão do consumo das atividades operacionais da Companhia em fase de *turnaround*, principalmente no primeiro semestre do ano antes da virada dos resultados operacionais. Em 31 de dezembro de 2014, a dívida total da Companhia diminuiu com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 em razão, principalmente, da liquidação da 1ª e 2ª emissões de debêntures no decorrer do exercício de 2014.

A razão entre a dívida total (composta pelos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de investimento e debêntures, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante) e o patrimônio líquido da Companhia totalizava em 31 de dezembro de 2017 78,9% negativos, refletindo a situação de patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) registrada no final do exercício de 2017. A razão entre a dívida total (composta pelos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de investimento e debêntures, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante) e o patrimônio líquido da Companhia totalizava em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, 208,9%, 175,9% e 60,1%, respectivamente.

Durante o ano de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou a realização da Oferta Restrita para equacionar a estrutura de capital da Companhia. Os principais termos e condições da Oferta Restrita foram divulgados pela Companhia em fato relevante de 20 de janeiro de 2016. Posteriormente, em 29 de janeiro de 2016, a Companhia anunciou a conclusão do processo de capitalização no valor de R\$400,0 milhões com a participação exclusiva de seu principal acionista à época, BTG Pactual, que, nesse momento, aumentou a sua participação total para 96% do capital da Brasil Pharma.

Esse movimento permitiu a desalavancagem da Companhia, com redução em seu endividamento total e também possibilitou o início da estruturação de um instrumento de dívida de longo prazo, o qual foi aprovado em 12 de julho de 2016, mediante a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações ("5ª Emissão"), a qual, inclusive, já foi resgatada, conforme detalharemos a seguir.

Apesar de promover a desalavancagem, com redução da dívida total, e possibilitar a estruturação de instrumento de dívida de longo prazo, a capitalização realizada no início de 2016 não abrandou a necessidade de capital de giro da Companhia. Nesse contexto, no decorrer de 2016, a Companhia experimentou contínua redução nos níveis de capital de giro, com consumo dos estoques e consequente redução dos níveis de vendas, prejudicando significativamente o resultado operacional da Companhia, bem como seus indicadores operacionais. Entre as iniciativas empreendidas no decorrer de 2016 para aliviar a restrição de caixa da Companhia foi a alienação da rede Drogaria Rosário, permitindo a redução da exigência de caixa dos últimos trimestres, bem como a implantação de estratégia focada de lojas próprias nas regiões Norte e Nordeste.

Em 2016, a Administração da Companhia trabalhou arduamente na busca de alternativas para reequilibrar a necessidade de capital de giro e reverter os prejuízos operacionais apurados nos últimos trimestres. Além disso, a Administração da Companhia, assim como o acionista controlador, BTG Pactual, avaliaram constantemente oportunidades de negócios, tanto, exclusivamente em relação ao BTG Pactual, para venda da participação acionária do BTG Pactual na Companhia, quanto para venda das nossas bandeiras, como forma de geração de caixa e redução de nosso endividamento. O BTG Pactual foi procurado, naquela ocasião, de forma preliminar e não vinculante, por terceiros potencialmente interessados na aquisição da participação que detém na Companhia e em algumas de nossas bandeiras. Não havia, entretanto, ao final do exercício de 2016 qualquer documento assinado ou qualquer definição de venda e, dessa forma, não podíamos garantir se tais oportunidades de negócios se concretizariam e em que condições e prazo

Nos primeiros meses de 2017, a Companhia intensificou os esforços para melhora operacional e financeira, assim, manteve avaliação de oportunidades para reestruturação das dívidas financeiras e realizou captação de R\$511 milhões por meio de Cédulas de Crédito Bancário de longo prazo, utilizados na liquidação das 4ª e 5ª emissões de debêntures, e a emissão de debêntures (6ª emissão) para reforço no capital de giro.

Em abril de 2017, a Lyondel passou a ser titular de 99,99% do capital social votante e total da Stigma Cayman, detentora da totalidade do capital social da Stigma II LLC, controladora da Companhia.

Ainda no segundo trimestre de 2017, a Companhia realizou captação de R\$409 milhões por meio da 7ª Emissão de debêntures, exigíveis em 11 parcelas anuais a partir de 2022, alterando o perfil de endividamento da Companhia para o longo prazo. Os recursos foram utilizados na liquidação das 6ª e 8ª emissões, no montante de R\$380,1 milhões, e de empréstimos de R\$23,3 milhões.

A decisão estratégica foi focar no ramo de medicamentos e nas capitais metropolitanas dos Estados do Pará, Pernambuco e Bahia, sendo que, nesse contexto, a Administração da Companhia empreendeu uma série de iniciativas de caráter operacional, gerando melhorias operacionais obtidas no período entre as quais destacamos: (a) a integração definitiva dos sistemas operacionais, sendo agosto de 2017 o primeiro mês, desde a constituição da Companhia, em que todas as suas lojas próprias operaram sob a mesma plataforma tecnológica; (b) a revisão do plano de vendas, sortimento e abastecimento, com redução significativa do número de fornecedores e itens (SKU); (c) o ajuste de operação em loja, com redução relevante do número de funcionários por loja, levando a Companhia aos padrões de operação do segmento; e (d) a revisão da estrutura administrativa decorrente dos ganhos obtidos nas melhorias descritas anteriormente.

Apesar da implementação de uma série de melhorias operacionais, com redução nos níveis de despesas com vendas e administrativas, em virtude da piora nos níveis de capital de giro e perda de crédito junto aos fornecedores, a Companhia incorreu em queda substancial no abastecimento e, conseqüentemente, nos níveis de estoque, resultando no incremento de rupturas e queda das vendas.

Naquele contexto de redução de abastecimento e queda de vendas, fatores que, quando agravados, indicam a existência de incerteza sobre a continuidade dos negócios, a Companhia identificou a necessidade de antecipar o teste do valor recuperável das bandeiras Santana e Big Ben e, como conclusão dos testes efetuados, foram registradas as baixas de ativos intangíveis relacionadas àquelas bandeiras em 30 de setembro de 2017.

Diante dos resultados obtidos com as melhorias operacionais implementadas, o foco da Companhia continuou sendo a busca de alternativas para a readequação do capital de giro compatível com o potencial de sua estrutura, com o objetivo de recuperar as vendas. Tais alternativas incluíam a obtenção de novos créditos, via relacionamentos bancários e/ou por renegociação de crédito com fornecedores, eventuais novos investidores, ou ainda, a venda de ativos.

Os planos da administração para reestruturação da Companhia baseavam-se fortemente no impacto provocado por tais melhorias nos resultados operacionais, associadas à enorme e reconhecida força de suas bandeiras e marcas, a qualidade dos seus pontos comerciais próprios, e qualidade dos serviços prestados para as lojas franqueadas.

A Companhia vivenciou uma reestruturação societária e econômica nos últimos tempos, marcada por inúmeros aprimoramentos em sua gestão e na contínua busca de alternativas de readequação da estrutura de capital de giro da Companhia e suas subsidiárias, visando a preservação e revitalização de suas atividades e operações. Apesar dos esforços e avanços alcançados, a Administração da Companhia ponderou que não foi possível encontrar, no âmbito extrajudicial, uma solução sustentável para a situação financeira do Grupo Brasil Pharma.

Em 9 de janeiro de 2018, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo, protocolizou pedido de recuperação judicial perante o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo com os objetivos de: (i) continuar avançando na recuperação e solução da crise financeira Companhia, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-estabelecidos; (ii) manter a normalidade operacional da Companhia e suas subsidiárias, controladas e demais empresas do grupo; e (iii) resguardar o valor e preservar o caixa e capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta mesma data.

O pedido de recuperação judicial está em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, sob nº 1000990-38.2018.8.26.0100. Em 11 de janeiro de 2018, foi deferido o processamento da recuperação judicial, bem como nomeado como administrador judicial a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.189.924/0001-03, com endereço à Av. Doutor Chucri Zaidan, 1240, Edifício Golden Tower, 5º andar, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP: 04709-111, representada por Luis Vasco Elias, CPF: 073.762.938-09, e endereço eletrônico [grupobrpharma2vfrj@gmail.com](mailto:grupobrpharma2vfrj@gmail.com).

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado em 60 (sessenta) dias úteis da data do deferimento da recuperação judicial, sob pena de falência. Em 19 de fevereiro de 2018 foi publicado Edital de Convocação de Credores e Terceiros Interessados, nos termos do artigo 52, §1º da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas ao administrador judicial através dos endereços supra mencionados.

O ajuizamento da recuperação judicial representa um novo passo na continuidade do processo de reestruturação das dívidas e obrigações do Grupo Brasil Pharma, onde a Companhia e suas subsidiárias negociarão com seus credores uma alternativa ampla e efetiva com intuito de solucionar a crise financeira enfrentada, sendo que certo que durante a recuperação judicial a Companhia e suas subsidiárias concentrarão seus máximos e melhores esforços para preservar suas atividades comerciais e operacionais, cumprindo assim com seus compromissos e obrigações.”

Ainda em janeiro de 2018, a Companhia decidiu suspender as atividades de 53 (cinquenta e três) lojas no Estado da Bahia, 100 (cem) lojas no Estado do Pará e 64 (sessenta e quatro) lojas no Estado de Pernambuco, referentes às redes Santana e Big Ben, respectivamente. A Companhia informa ainda que as atividades permanecerão suspensas, em princípio, até a finalização e a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

Em janeiro de 2018 a Companhia, em assembleia geral de debenturistas (“AGD”), debenturistas representantes de 99,53% (noventa e nove inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) da totalidade das debêntures em circulação da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada da Companhia (respectivamente, “Debenturistas” e “Emissão”), deliberaram declarar o vencimento antecipado da Emissão, sem a excussão, neste momento, das garantias da Emissão, tendo em vista o ajuizamento do pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia, em conjunto com outras sociedades pertencentes do seu grupo.

Em janeiro de 2018 a Companhia recebeu comunicado do vencimento antecipado das seguintes Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Companhia e cujo saldo devedor em conjunto é, nesta data, de aproximadamente R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) (“CCBs”): (i) CCB n.º 2017011201, emitida em favor do Banco Modal S.A., em 12 de janeiro de 2017, e endossada na mesma data à BTGI; e (ii) CCB n.º 128/77, emitida em favor do BTG em 10 de julho de 2017. Consoante os termos das notificações de vencimento antecipado recebidas, BTGI e BTG reservaram-se o direito de, a qualquer momento, excutir as garantias prestadas no âmbito das CCBs. Os administradores informam, ainda, que estão avaliando os eventuais impactos de referido vencimento antecipado no contexto de sua reestruturação societária e econômica, reiterando seu compromisso de manter os acionistas e o mercado em geral informados acerca do andamento dos assuntos aqui tratados e de qualquer outro assunto de interesse do mercado.

Em fevereiro de 2018 foi firmado Contrato de Mútuo (DIP Financing) entre a Brasil Pharma S.A. e a BTGI VIII

Empreendimentos e Participações S.A., como credora, tendo as subsidiárias da Companhia como garantidoras, referente a uma linha de crédito no montante de até R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais). Este contrato possui destinação específica de pagamentos de verbas rescisórias e encargos trabalhistas referentes aos contratos de trabalho rescindidos até 31 de março de 2018, bem como para despesas gerais no âmbito da redução e otimização das atividades em sua reestruturação operacional, limitado ao valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), nesta ordem. O DIP Financing foi aprovado no âmbito do processo de recuperação judicial da Companhia e suas subsidiárias.

#### **b. Estrutura de capital**

A Administração entende que a Companhia apresenta atualmente uma estrutura de capital inadequada para desenvolver as atividades do seu negócio, com dificuldades para cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1.317,3 milhões negativos, enquanto a dívida total (composta pelos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de investimento e debêntures, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante) totalizava R\$1.012,6 milhões. A razão entre a dívida total e o patrimônio líquido era de 0,8 vezes negativas em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$462,9 milhões, enquanto a dívida total (composta pelos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de investimento e debêntures, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante) totalizava R\$635,2 milhões. A razão entre a dívida total e o patrimônio líquido era de 1,4 vezes em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$544,4 milhões, enquanto a dívida total (composta pelos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de investimento e debêntures, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante) totalizava R\$987,2 milhões. A razão entre dívida total e o patrimônio líquido era de 1,8 vezes em 31 de dezembro de 2015, tendo sido reduzida significativamente com o aumento de capital realizado em 29 de janeiro de 2016 e a consequente redução do endividamento.

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1,2 bilhão, enquanto a dívida total (composta pelos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de investimento e debêntures, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante) totalizava R\$751,1 milhões. A razão entre dívida total e o patrimônio líquido era de 0,6 vezes em 31 de dezembro de 2014.

#### **c. Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia vivenciou uma reestruturação societária e econômica nos últimos tempos, marcada por inúmeros aprimoramentos em sua gestão e na contínua busca de alternativas de readequação da estrutura de capital de giro da Companhia e suas subsidiárias, visando a preservação e revitalização de suas atividades

e operações. Apesar dos esforços e avanços alcançados, a Administração da Companhia ponderou que não foi possível encontrar, no âmbito extrajudicial, uma solução sustentável para a situação financeira do Grupo Brasil Pharma.

Em 9 de janeiro de 2018, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo, protocolizou pedido de recuperação judicial perante o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo com os objetivos de: (i) continuar avançando na recuperação e solução da crise financeira Companhia, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-estabelecidos; (ii) manter a normalidade operacional da Companhia e suas subsidiárias, controladas e demais empresas do grupo; e (iii) resguardar o valor e preservar o caixa e capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta mesma data.

O pedido de recuperação judicial está em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, sob nº 1000990-38.2018.8.26.0100. Em 11 de janeiro de 2018, foi deferido o processamento da recuperação judicial, bem como nomeado como administrador judicial a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.189.924/0001-03, com endereço à Av. Doutor Chucri Zaidan, 1240, Edifício Golden Tower, 5º andar, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP: 04709-111, representada por Luis Vasco Elias, CPF: 073.762.938-09, e endereço eletrônico [grupobrpharma2vfrj@gmail.com](mailto:grupobrpharma2vfrj@gmail.com).

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado em 60 (sessenta) dias úteis da data do deferimento da recuperação judicial, sob pena de falência. Em 19 de fevereiro de 2018 foi publicado Edital de Convocação de Credores e Terceiros Interessados, nos termos do artigo 52, §1º da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas ao administrador judicial através dos endereços supra mencionados.

O ajuizamento da recuperação judicial representa um novo passo na continuidade do processo de reestruturação das dívidas e obrigações do Grupo Brasil Pharma, onde a Companhia e suas subsidiárias negociarão com seus credores uma alternativa ampla e efetiva com intuito de solucionar a crise financeira enfrentada, sendo que certo que durante a recuperação judicial a Companhia e suas subsidiárias concentrarão seus máximos e melhores esforços para preservar suas atividades comerciais e operacionais, cumprindo assim com seus compromissos e obrigações.”

Ainda em janeiro de 2018, a Companhia decidiu suspender as atividades de 53 (cinquenta e três) lojas no Estado da Bahia, 100 (cem) lojas no Estado do Pará e 64 (sessenta e quatro) lojas no Estado de Pernambuco, referentes às redes Santana e Big Ben, respectivamente. A Companhia informa ainda que as atividades permanecerão suspensas, em princípio, até a finalização e a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

Em janeiro de 2018 a Companhia, em assembleia geral de debenturistas (“AGD”), debenturistas

representantes de 99,53% (noventa e nove inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) da totalidade das debêntures em circulação da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada da Companhia (respectivamente, “Debenturistas” e “Emissão”), deliberaram declarar o vencimento antecipado da Emissão, sem a excussão, neste momento, das garantias da Emissão, tendo em vista o ajuizamento do pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia, em conjunto com outras sociedades pertencentes do seu grupo.

Em janeiro de 2018 a Companhia recebeu comunicado do vencimento antecipado das seguintes Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Companhia e cujo saldo devedor em conjunto é, nesta data, de aproximadamente R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) (“CCBs”): (i) CCB n.º 2017011201, emitida em favor do Banco Modal S.A., em 12 de janeiro de 2017, e endossada na mesma data à BTGI; e (ii) CCB n.º 128/77, emitida em favor do BTG em 10 de julho de 2017. Consoante os termos das notificações de vencimento antecipado recebidas, BTGI e BTG reservaram-se o direito de, a qualquer momento, executar as garantias prestadas no âmbito das CCBs. Os administradores informam, ainda, que estão avaliando os eventuais impactos de referido vencimento antecipado no contexto de sua reestruturação societária e econômica, reiterando seu compromisso de manter os acionistas e o mercado em geral informados acerca do andamento dos assuntos aqui tratados e de qualquer outro assunto de interesse do mercado.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

**Empréstimos e financiamentos**

	Tx. de juros efetiva % a.a.	Indexador	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>						
<b>Em moeda nacional</b>						
Empréstimo - Capital de Giro	7 a 13	CDI (i)	598.928	78.835	599.528	78.835
Empréstimo - Capital de Giro	5 a 10	Pré-Fixado	-	7.800	-	8.992
Empréstimo - Capital de Giro	13,75	Selic (iii)	-	586	-	817
Empréstimo - Capital de Giro	12,61	TJLP (iv)	-	2.312	-	2.607
			<b>598.928</b>	<b>89.533</b>	<b>599.528</b>	<b>91.251</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Empréstimo - Capital de Giro	4,65	USD (ii)	-	-	-	40.256
(-) Impostos sobre operações financeiras			(9.351)	-	(9.351)	-
<b>Total circulante</b>			<b>589.577</b>	<b>89.533</b>	<b>590.177</b>	<b>131.507</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Em moeda nacional</b>						
Empréstimo - Capital de Giro	7 a 13	CDI (i)	-	8.082	-	8.082
Empréstimo - Capital de Giro	5 a 10	Pré-Fixado	-	-	-	249
Empréstimo - Capital de Giro	13,75	Selic (iii)	-	-	-	18
Empréstimo - Capital de Giro	12,61	TJLP (iv)	-	-	-	24
			-	<b>8.082</b>	-	<b>8.373</b>
<b>Total não circulante</b>			-	<b>8.082</b>	-	<b>8.373</b>
			<b>589.577</b>	<b>97.615</b>	<b>590.177</b>	<b>139.880</b>

(i) A taxa CDI em 31 de dezembro de 2017 foi de 0,56% a.m. (1,1218% em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Os contratos de empréstimos em moedas estrangeiras são vinculados a operações de swap para eliminar o risco de variação cambial.

(iii) A taxa Selic em 31 de dezembro de 2017 foi de 0,56% a.m. (1,12% em 31 de dezembro de 2016).  
 (iv) A taxa TJLP em 31 de dezembro de 2017 foi de 0,63% a.m. (0,63% em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia possui recebíveis de cartão de crédito como garantia nas operações de determinados empréstimos e financiamentos.

#### Cláusulas de antecipação de pagamentos (covenants)

A Companhia detém empréstimo bancário que de acordo com cláusulas contratuais restritivas, estabelecem que, a critério do credor, o empréstimo se torna imediatamente vencido quando não atingido as métricas abaixo:

- (I) Caso os recebíveis decorrentes de transações realizadas por meio de cartão de crédito e débito, performados, mas não liquidados concedidos fiduciariamente, seja inferior a R\$43.600, cuja a aferição ocorrerá no ultimo dia útil de cada mês;
- (II) Caso a média móvel do fluxo mensal de recebíveis que transitam pela conta vinculada seja inferior a 40.000, considerando o período dos últimos três meses da data de aferição; e
- (III) Se a Emitente e/ou quaisquer dos Avalistas Coobrigados celebrarem ou propuserem plano de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação pelos respectivos credores ou de sua homologação pelo juiz competente.

Diante do pedido de recuperação judicial divulgado na nota 38, os empréstimos foram classificados em sua totalidade, no curto prazo do balanço patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nas demonstrações do fluxo de caixa da controladora e do consolidado os pagamentos de juros foram incluídos nas atividades de financiamento.

A Companhia cede fiduciariamente em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas, os direitos creditórios decorrentes das transações com uso de cartão de débito e crédito.

Conforme a necessidade a Companhia realiza acordos com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfeiting*" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantém saldos a pagar referente a operações de "*confirming*". Não houve custos financeiros em operações de "*confirming*" incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os principais credores da Companhia são: Banco IBM S.A. e BTGI VIII Empreendimentos e Participações S.A.

#### Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Empréstimos e financiamentos</b>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>97.615</b>	<b>139.880</b>
Aquisição de empréstimo e financiamento	546.106	558.564
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(125.721)	(181.089)
Apropriação de juros sobre empréstimos e financiamentos	69.932	72.876
Variações cambiais líquidas	-	(1.590)
Amortização de gastos com captação de empréstimos	1.645	1.536
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>589.577</b>	<b>590.177</b>

## Debêntures

	Controladora/Consolidado				
	Debêntures em circulação	Encargos financeiros	Preço unitário	31/12/2017	31/12/2016
4ª emissão 1ª série (i)	50	CDI + 4,60% a.a.	1.118	-	55.890
4ª emissão 2ª série (i)	61	CDI + 4,60% a.a.	1.007	-	61.425
5ª emissão 1ª série (i)	377	CDI + 4,00% a.a.	1.021	-	384.841
7ª emissão 1ª série	400.000	100,0% CDI a.a.	1	426.195	-
Custo de captação				(456)	(6.898)
				<b>425.739</b>	<b>495.258</b>
<b>Passivo circulante</b>				<b>425.739</b>	<b>495.258</b>

(i) Liquidadas em sua totalidade.

Os custos de captações são compostos, basicamente, por: i) remuneração de serviços profissionais de terceiros; ii) gastos com publicidade; iii) taxas e comissões; iv) custos de transferência e v) custos de registro. Os custos são amortizados de acordo com fluência do prazo dos títulos.

Nas demonstrações do fluxo de caixa da controladora e do consolidado os pagamentos de juros foram incluídos nas atividades de financiamento.

A Companhia cede fiduciariamente em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas, os direitos creditórios decorrentes das transações com uso de cartão de débito e crédito.

### Cláusulas de antecipação de pagamentos (covenants)

A Companhia detém debêntures que de acordo com cláusulas contratuais restritivas, estabelecem que, a critério do credor, o empréstimo se torna imediatamente vencido quando não atingido as métricas abaixo:

- (i) Se a Emissora e/ou quaisquer das Fiadoras celebrarem ou propuserem plano de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação pelos respectivos credores ou de sua homologação pelo juiz competente; e
- (ii) Se a Emissora e/ou quaisquer das Fiadoras ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano.

Em assembleia geral de debenturistas ("AGD") realizada em fevereiro de 2018, deliberaram declarar o vencimento antecipado, conforme divulgado na nota 38.

### Valor Justo

	Debêntures em circulação	Controladora/Consolidado			
		31/12/2017 (custo)	31/12/2016 (custo)	31/12/2017 (justo)	31/12/2016 (justo)
4ª emissão 1ª série	50	-	55.890	-	55.890
4ª emissão 2ª série	61	-	61.425	-	61.425
5ª emissão 1ª série	377	-	384.841	-	333.547
7ª emissão 1ª série	400.000	426.195	-	426.195	-
Custo de captação		(456)	(6.898)	-	-
		<b>425.739</b>	<b>495.258</b>	<b>426.195</b>	<b>450.862</b>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa

	<u>Controladora</u>
	<u>Debêntures</u>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>495.258</b>
Emissão de debêntures	775.874
Pagamento de debêntures	(887.937)
Amortização de gastos com emissão de debêntures	6.443
Apropriação de juros sobre debêntures	36.101
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>425.739</b>

Seguem abaixo informações adicionais sobre as debêntures:

<b>Descrição</b>	<b>7ª emissão</b>
	Em 06 de Abril de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 400.000 debêntures privadas, correspondente ao valor total de R\$ 400.000.
	Em 26 de Junho de 2017, foi integralizada em sua totalidade.
Séries:	1
Classe e conversibilidade:	Não conversíveis em ações emitidas pela Companhia.
Garantia:	Com garantia real e fidejussória
Data de emissão:	06/04/2017
Data da Captação:	26/06/2017
Prazo de vencimento original:	30/04/2047
Cláusulas restritivas:	Sim

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Administração entende que a Companhia atualmente necessita de capital próprio, assim como empréstimos e financiamentos bancários, pois os resultados obtidos ainda não são suficientes para pagar os juros das dívidas e também atender às necessidades de capital de giro oriundas do seu segmento.

A Companhia vivenciou uma reestruturação societária e econômica nos últimos tempos, marcada por inúmeros aprimoramentos em sua gestão e na contínua busca de alternativas de readequação da estrutura de capital de giro da Companhia e suas subsidiárias, visando a preservação e revitalização de suas atividades e operações. Apesar dos esforços e avanços alcançados, a Administração da Companhia ponderou que não foi possível encontrar, no âmbito extrajudicial, uma solução sustentável para a situação financeira do Grupo Brasil Pharma.

Em 9 de janeiro de 2018, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo, protocolizou pedido de recuperação judicial perante o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo com os objetivos de: (i) continuar avançando na recuperação e solução da crise financeira Companhia, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-estabelecidos; (ii) manter a normalidade operacional da Companhia e suas subsidiárias, controladas e demais empresas do grupo; e (iii) resguardar o valor e preservar o caixa e capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta mesma data.

O pedido de recuperação judicial está em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro

Central Cível da Comarca de São Paulo, sob nº 1000990-38.2018.8.26.0100. Em 11 de janeiro de 2018, foi deferido o processamento da recuperação judicial, bem como nomeado como administrador judicial a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.189.924/0001-03, com endereço à Av. Doutor Chucri Zaidan, 1240, Edifício Golden Tower, 5º andar, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP: 04709-111, representada por Luis Vasco Elias, CPF: 073.762.938-09, e endereço eletrônico [grupobrpharma2vfrj@gmail.com](mailto:grupobrpharma2vfrj@gmail.com).

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado em 60 (sessenta) dias úteis da data do deferimento da recuperação judicial, sob pena de falência. Em 19 de fevereiro de 2018 foi publicado Edital de Convocação de Credores e Terceiros Interessados, nos termos do artigo 52, §1º da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas ao administrador judicial através dos endereços supra mencionados.

O ajuizamento da recuperação judicial representa um novo passo na continuidade do processo de reestruturação das dívidas e obrigações do Grupo Brasil Pharma, onde a Companhia e suas subsidiárias negociarão com seus credores uma alternativa ampla e efetiva com intuito de solucionar a crise financeira enfrentada, sendo que certo que durante a recuperação judicial a Companhia e suas subsidiárias concentrarão seus máximos e melhores esforços para preservar suas atividades comerciais e operacionais, cumprindo assim com seus compromissos e obrigações.”

#### **f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

##### **i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro os principais contratos de empréstimos e financiamentos relevantes podem ser resumidos da seguinte forma:

##### *Cédula de Crédito Bancário*

Em janeiro de 2017, a Companhia aprovou a celebração, nos termos do artigo 10, letra “p” do seu Estatuto Social, da Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Modal S.A. no valor de R\$ 511.000.000,00 (quinhentos e onze milhões de reais). Neste mesmo período, houve a cessão e aquisição mediante endosso da referida cédula do Banco Modal S.A. para o BTGI VIII Empreendimentos e Participações S.A.

Em abril de 2017, a Companhia realizou o Aditamento da Cédula de Crédito Bancário de montante principal de R\$511.000.000,00 (quinhentos e onze milhões de reais) que estabelece, dentre outros termos e condições, que (i) sobre o valor do principal da dívida representada pela CCB, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação do CDI, (ii) a amortização do valor do principal e o pagamento dos juros remuneratórios ocorrerão em 11 (onze) parcelas anuais, sendo que a primeira será devida em 30 de março de 2022 e a última em 30 de março de 2032, respeitadas as hipóteses de vencimento antecipado ali previstas, (iii) os recursos decorrentes de determinados eventos de liquidez, do resultado da Companhia, ou de

eventuais aumentos de capital, conforme termos e condições previstos no Aditamento, deverão ser utilizados na amortização extraordinária da dívida representada pela CCB, observada a senioridade das Debêntures em tais hipóteses de amortização extraordinária, e (iv) em garantia das obrigações assumidas nos termos da CCB, foi outorgada garantia fidejussória representada por aval e fiança, bem como garantias reais e extraconcursais.

Em 31 de dezembro de 2017, esse instrumento está registrado no passivo circulante da Companhia por um montante de R\$525,2 milhões.

#### 7ª Emissão de Debêntures

Em 06 de abril de 2017 a Companhia aprovou a sétima emissão de debêntures, não conversíveis em ações da Companhia com a celebração do “Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Brasil Pharma S.A.” (“7ª Emissão”), no valor total de emissão de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

Em 31 de dezembro de 2016, nossa dívida total era de R\$635,2 milhões, incluindo (i) endividamento de curto prazo de (a) R\$131,5 milhões de empréstimos e financiamentos, e (b) R\$495,3 milhões em debêntures, e (ii) endividamento de logo prazo de R\$8,4 milhões em empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2016, nossos empréstimos, circulante e não circulante, eram de R\$131,5 milhões e R\$8,4 milhões, respectivamente, e nossas debêntures circulante eram de R\$495,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, nossos empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição de investimento, circulante e não circulante, eram de R\$ 619,4 milhões e R\$ 18,5 milhões, respectivamente, e nossas debêntures circulantes eram R\$ 349,3 milhões. A redução em nossas dívidas de 2015 a 2016 se deu em decorrência de liquidação de empréstimos no decorrer do exercício.

Grande parte do endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras que visam a garantir recursos para seus investimentos, cujos objetivos são basicamente a manutenção da nossa rede de lojas e centros de distribuição, investimentos em tecnologia e em capital de giro para manutenção do nível de serviço junto a seus clientes.

As principais garantias que a Companhia oferece para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos direitos sobre os recebíveis provenientes das vendas realizadas através de cartões de créditos.

A Administração entende que a Companhia atualmente necessita de capital próprio, assim como empréstimos e financiamentos bancários, pois os resultados obtidos ainda não são suficientes para pagar os juros das dívidas e também atender às necessidades de capital de giro oriundo do seu segmento. Acreditam também, que após a reestruturação de sua estrutura de capital, a Companhia terá recursos suficientes para voltar a investir no crescimento orgânico, equilibrar seu capital de giro e gerar liquidez.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor dos principais contratos financeiros referentes aos períodos indicados:

	% da taxa de juros por mês	Índice	Em 31 de dezembro de		
			2016	2015	2014
<b>Circulante</b>					
Empréstimo de capital de giro	14,14 a 26,04	CDI (1)	79,0	327	108,9
Empréstimo de capital de giro	4,65	USD (2)	40,3	96,8	300,4
Empréstimo de capital de giro	2,5 a 51,11	Fixo	9,0	96,1	107,7
Empréstimo de capital de giro	13,8	SELIC (3)	0,8	0,8	0,8
Empréstimo de capital de giro	12,61	TJLP (4)	2,6	2,7	2,7
<b>Total Circulante</b>			<b>131,7</b>	<b>523,4</b>	<b>520,5</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimo de capital de giro	14,14 a 18,71	CDI (1)	8,1	13	33,5
Empréstimo de capital de giro	4,65	USD (2)	-	-	51,9
Empréstimo de capital de giro	3 a 3,5	Fixo	0,1	2,1	12,3
Empréstimo de capital de giro	13,75	SELIC (3)	-	0,8	1,6
Empréstimo de capital de giro	12,61	TJLP (4)	-	2,6	5,3
<b>Total Não Circulante</b>			<b>8,4</b>	<b>18,5</b>	<b>104,6</b>
<b>Total</b>			<b>139,9</b>	<b>541,9</b>	<b>625,1</b>

(1) A taxa média do CDI por mês foi de 1,12%, 1,16% e 0,96% em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respectivamente.

(2) Os contratos de financiamento em moeda estrangeira são vinculados a operações de swap para eliminar o risco de variações cambiais.

(3) A taxa média da SELIC por mês foi de 1,1%, 1,14% e 0,94% em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respectivamente.

(4) A taxa média da TJLP por mês foi de 0,62, 0,57% e 0,42% em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossa posição de debêntures:

Controladora/Consolidado					
	Debêntures em circulação	Encargos financeiros	Preço unitário	31/12/2016	31/12/2015
3ª emissão 1ª série	30	CDI +2,75% a.a.	1.197	-	35.915
3ª emissão 2ª série	30	CDI + 2,75% a.a.	1.185	-	35.559
3ª emissão 3ª série	35	CDI + 2,75% a.a.	1.169	-	40.932
3ª emissão 4ª série	15	CDI + 2,75% a.a.	1.143	-	17.142
3ª emissão 5ª série	60	CDI + 2,75% a.a.	1.125	-	67.527
3ª emissão 6ª série	35	CDI + 2,75% a.a.	1.101	-	38.533
3ª emissão 7ª série	25	CDI + 2,75% a.a.	1.085	-	27.114
3ª emissão 8ª série	85	CDI + 2,75% a.a.	1.019	-	86.578
4ª emissão 1ª série	50	CDI + 4,60% a.a.	1.118	55.890	-
4ª emissão 2ª série	61	CDI + 4,60% a.a.	1.007	61.425	-
5ª emissão 1ª série	377	CDI + 4,00% a.a.	1.021	384.841	-
Custo de captação				(6.898)	(14)
				<b>495.258</b>	<b>349.286</b>
<b>Passivo circulante</b>				<b>495.258</b>	<b>349.286</b>
<b>Passivo não circulante</b>				-	-

Controladora/Consolidado					
	Debêntures em circulação	Encargos financeiros	Preço unitário	31/12/2015	31/12/2014
3ª emissão 1ª série	30	CDI +2,75% a.a.	1.197	35.915	-
3ª emissão 2ª série	30	CDI + 2,75% a.a.	1.185	35.559	-
3ª emissão 3ª série	35	CDI + 2,75% a.a.	1.169	40.932	-

3ª emissão 4ª série	15	CDI + 2,75% a.a.	1.143	17.142	-
3ª emissão 5ª série	60	CDI + 2,75% a.a.	1.125	67.527	-
3ª emissão 6ª série	35	CDI + 2,75% a.a.	1.101	38.533	-
3ª emissão 7ª série	25	CDI + 2,75% a.a.	1.085	27.114	-
3ª emissão 8ª série	85	CDI + 2,75% a.a.	1.019	86.578	-
3ª emissão 1ª série	30	CDI + 2,75% a.a.	1.003	-	30.098
Custo de captação				(14)	(25)
				<b>349.286</b>	<b>30.073</b>
<b>Passivo circulante</b>				<b>349.286</b>	<b>30.073</b>
<b>Passivo não circulante</b>				-	-

A dívida total da Companhia (composto pelas rubricas empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição de investimento, circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2015 era de R\$987,2 milhões, divididos em: (i) curto prazo: R\$523,4 milhões de empréstimos e financiamentos, R\$96,0 milhões de contas a pagar por aquisição de investimento, e R\$349,3 milhões em debêntures; e ii) longo prazo: R\$18,5 milhões de empréstimos e financiamentos.

A dívida total da Companhia (composto pelas rubricas empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição de investimento, circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2014 era de R\$751,1 milhões, divididos em: (i) curto prazo: R\$520,5 milhões de empréstimos e financiamentos, R\$45,7 milhões de contas a pagar por aquisição de investimento, e R\$30,1 milhões em debêntures; e (ii) longo prazo: R\$104,6 milhões de empréstimos e financiamentos e R\$50,2 milhões de contas a pagar por aquisição de investimento.

A seguir, apresentamos uma breve descrição de contratos relevantes celebrados com nossos principais credores na data deste Formulário de Referência:

### Contratos Financeiros

#### Cédulas de Crédito Bancário com o Banco IBM S.A.

Em 31 de maio de 2012, 28 de junho de 2012 e 21 de dezembro de 2012, emitimos cédulas de crédito bancário nos valores de R\$32,8 milhões, R\$22,4 milhões e R\$38,7 milhões, respectivamente, em benefício do Banco IBM S.A., de forma a assegurar o financiamento para o pagamento de três contratos de serviços firmados entre nós e a IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços Ltda. A primeira cédula é remunerada por uma taxa de juros atreladas à CDI somados 0,79% ao ano, com pagamentos do valor principal e dos juros a serem realizados em dez parcelas sucessivas e semestrais, a começar por 30 de novembro de 2012. A segunda cédula é remunerada por uma taxa de juros atreladas à CDI somados 0,79% ao ano, com pagamentos do valor principal e dos juros a serem realizados em oito parcelas sucessivas e semestrais, a começar por 28 de julho de 2012. A terceira cédula é remunerada por uma taxa de juros atrelada à CDI somados 0,80% ao ano, com pagamentos do valor principal e dos juros a serem realizados em dez parcelas sucessivas e semestrais, a começar por 21 de junho de 2013. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor agregado destas cédulas de crédito bancário era de R\$20,5 milhões.

Cédulas de Crédito Bancário com o Itaú Unibanco S.A. (“Banco Itaú”)

Em 12 de dezembro de 2012, emitimos cédula de crédito bancário no valor de R\$ 10 milhões, em favor do Banco Itaú, dividido em dois sub créditos, onde o sub crédito “A”, de R\$ 8 milhões é remunerado à TJLP + 4,5% a.a., e o sub crédito “B”, de R\$ 2 milhões é remunerado à taxa fixa de 3,5% a.a. O contrato é amortizado em parcelas mensais e sucessivas, com vencimento em 15 de dezembro de 2017. (Cédula liquidada de forma antecipada em 16 de janeiro de 2017)

Em 04 de novembro de 2016, renovamos limite de Conta Garantida, de R\$2 milhões, remunerados à taxa fixa de 84,8% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor de todas as cédulas de crédito bancário celebrados com o Banco Itaú era de R\$6,8 milhões, as quais foram liquidadas antecipadamente em 16 de janeiro de 2017.

Contratos de Crédito com o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”)

Em 27 de agosto de 2012, a Guararapes Brasil Atacado S.A., incorporada pela Distribuidora Big Benn S.A. (“Big Benn”), firmou dois contratos de crédito com o Santander, no montante total de R\$ 0,3 milhões, remunerados à taxa fixa de 5,5% a.a. com vencimento em 15 de setembro de 2017, com parcelas mensais, constantes e sucessivas. Em 29 de agosto de 2012, a Big Benn, firmou contrato de crédito com o Santander, no montante principal de R\$ 0,2 milhões, remunerados à taxa fixa de 5,5% a.a. com vencimento em 15 de setembro de 2017, com parcelas mensais, constantes e sucessivas.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor agregado destas cédulas de crédito bancário era de R\$ 0,1 milhões.

Cédulas de Crédito Bancário com o Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”)

Emitimos duas cédulas de crédito bancário em benefício do Bradesco. A primeira foi emitida pela Companhia em 19 de novembro de 2015 no montante de R\$35,0 milhões, com o pagamento integral do montante devido em uma única parcela em 02 de dezembro de 2015. Na data do vencimento aditamos o vencimento para 18 de janeiro de 2016. Os juros incidentes sobre a cédula eram de CDI mais 4,91% ao ano. Em de 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor da primeira cédula de crédito bancário era de R\$35,0 milhões.

A segunda cédula foi emitida pela Big Benn em 19 de novembro de 2015 e garantida por nós, no montante de R\$15,0 milhões, com o pagamento do total do valor principal originalmente devido em uma única parcela em 02 de dezembro de 2015. Na data do vencimento aditamos o vencimento para 18 de janeiro de 2016. Os juros incidentes sobre a cédula eram de CDI mais 4,91% ao ano. Em de 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor da segunda cédula de crédito bancário era de R\$15,0 milhões. As cédulas de crédito bancário com o Bradesco receberam o 6º, 7º, 8º, 9º e 10º aditamento, automaticamente, sempre atualizando sua data de vencimento e renovando o limite de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor agregado de todas as cédulas de crédito bancário celebrados com o Bradesco era de R\$50 milhões.

#### Contratos de Crédito com o Banco Original S.A. (“Original”)

Em 17 de março de 2015, celebramos contrato de crédito com o Original, no montante total de R\$20 milhões, com juros remuneratórios atrelados à 100% da variação do CDI acrescido de sobretaxa de 6,17% a.a., a ser amortizado em única parcela 90 dias após a emissão da cédula de crédito, com pagamento de juros mensal.

Em 28 de janeiro de 2016, após sucessivas renovações de crédito, foi assinado o 4º termo aditivo, alterando o juros remuneratório, que passou a ser atualizado por 100% da variação do CDI acrescido da sobretaxa de 7,83% a.a.. Em 29 de março de 2016, foi assinado o 6º termo aditivo, alterando novamente os juros remuneratórios, que passou a ser atualizado por 100% da variação do CDI acrescido da sobretaxa de 10,43% a.a., alterando também o limite de crédito bancário para R\$15 milhões.

Em 06 de junho de 2016, foi assinado o 7º termo aditivo alterando o limite de crédito bancário para R\$14 milhões. Em 08 de julho de 2016, foi assinado o 8º termo aditivo, alterando os juros remuneratórios, que passou a ser atualizado por 100% da variação do CDI acrescido da sobretaxa de 9,12% a.a., alterando também o limite de crédito bancário para R\$ R\$13 milhões. Em 05 de setembro de 2016, foi assinado o 9º termo aditivo, alterando os juros remuneratórios, que passou a ser atualizado por 100% da variação do CDI acrescido da sobretaxa de 10,43% a.a., alterando também o limite de crédito bancário para R\$12 milhões.

Em 07 de novembro de 2016, foi assinado o 10º termo aditivo alterando o limite de crédito bancário para R\$11 milhões. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 10,9 milhões.

#### Contratos de Crédito com o SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil (“SG Equipment Finance”)

Em 10 de julho de 2014, celebramos contrato de crédito com SG Equipment Finance, no montante total de R\$8,1 milhões, com juros remuneratórios atrelado à 100% da variação diária do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,85% a.a., com amortização mensal e sucessiva, com vencimento em 10 de julho de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor total desta cédula de crédito era de R\$1,9 milhões.

#### Contratos de Crédito com Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”)

Em 28 de setembro de 2016, celebramos contrato de crédito com Banco ABC, no montante total de US\$12 milhões de dólares, com juros remuneratórios fixo de 4,65% a.a., com vencimento em 29 de março de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor total desta cédula de crédito era de R\$40,2 milhões de reais.

#### Debêntures

Desde 2012, tivemos seis emissões de debêntures, cada uma com várias séries, e características distintas.

Em 16 de junho de 2014, foi decretado o vencimento antecipado das Debêntures de 1ª e 2ª emissões e a Companhia resgatou a totalidade das Debêntures em circulação de ambas as emissões procedendo com seu consequente cancelamento, pagando aos Debenturistas o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada pro rata temporis, desde a última data de pagamento da remuneração, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive.

Em 12 de dezembro de 2014, a Companhia iniciou sua 3ª Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante total de R\$60,0 milhões, em duas séries, que posteriormente atingiu o montante de R\$355,0 milhões em oito séries.

Séries	Montante
1ª Série	R\$ 30 milhões
2ª Série	R\$ 30 milhões
3ª Série	R\$ 35 milhões
4ª Série	R\$ 15 milhões
5ª Série	R\$ 60 milhões
6ª Série	R\$ 35 milhões
7ª Série	R\$ 25 milhões
8ª Série	R\$ 125 milhões

Todas as séries são remuneradas a 100% do CDI acrescido de spread de 2,75% a.a., com vencimento em 5 de fevereiro de 2016, emitidas entre dezembro de 2014 e janeiro de 2016, conforme segue:

- Em 17 de dezembro de 2014, uma série no valor principal total de R\$30,0 milhões;
- Também em 17 de dezembro de 2014, uma segunda série no valor principal total de R\$30,0 milhões;
- Em 12 de fevereiro de 2015, uma terceira série no valor principal total de R\$35,0 milhões;
- Em 06 de abril de 2015, uma quarta série no valor principal total de R\$15,0 milhões;
- Em 17 de abril de 2015, uma quinta série no valor principal total de R\$60,0 milhões;
- Em 24 de junho de 2015, uma sexta série no valor principal total de R\$35,0 milhões;
- Em 22 de julho de 2015, uma sétima série no valor principal total de R\$ 25,0 milhões; e
- Em 22 de julho de 2015, uma oitava série no valor principal total de R\$45,0 milhões, aumentada para R\$125,0 milhões entre 30 de setembro de 2015 e 8 de janeiro de 2016.

Todas as debêntures da terceira emissão são detidas exclusivamente pelo BTG Pactual, por meio de subsidiárias ou afiliadas. O pagamento deste compromisso foi quitado mediante a entrada dos recursos oriundos da Oferta Restrita realizada pela Companhia, em janeiro de 2016.

Em 16 de junho de 2016, foi aprovada a 4ª Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor total de R\$250 milhões. Todas as séries são remuneradas a 100% do CDI acrescido de spread de 4,6% a.a..

Sua primeira subscrição deu-se em junho de 2016, no valor de R\$50 milhões referente à 1ª (primeira) série. Já em dezembro do mesmo ano, deu-se a segunda e a terceira subscrição, no valor de R\$35 milhões e R\$26 milhões, ambos referentes à 2ª (segunda) série da 4ª Emissão. Os recursos líquidos provenientes desta captação foram integralmente destinados ao reforço do capital de giro (liquidado em 16 de janeiro de 2017).

Séries	Montante
1ª Série	R\$ 50 milhões
2ª Série	R\$ 35 milhões
2ª Série	R\$ 26 milhões

Em 11 de Julho de 2016, foi aprovada a 5ª Emissão pública de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor total de oferta em R\$377,7 milhões. Esta emissão possui juros remuneratórios, calculado sobre o saldo, de 100% da variação do CDI acrescida de sobretaxa de 4% a.a.. Os recursos líquidos obtidos foram integralmente utilizados para alongamento do endividamento da companhia, evidenciado com o pagamento integral dos contratos financeiros com instituições bancárias diversas, entre eles HSBC Bank Brasil S.A., Banco Itaú e Santander, ainda em julho de 2016 (liquidado em 16 de janeiro de 2017).

Séries	Montante
Série Única	R\$ 377,7 milhões

O saldo total de debêntures em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 495,2milhões.

#### Atividades de Hedging

Visto que uma parcela de nosso endividamento está atrelada ao dólar norte-americano, celebramos instrumentos derivativos (swaps) com instituições financeiras, buscando nos salvaguardar contra flutuações da taxa de câmbio do dólar norte-americano/real e vincular nossas despesas com juros/ à taxa CDI. Atualmente, 100% da nossa exposição ao dólar está protegida por esta estratégia. Tais operações de hedge

são contabilizadas como ativos atrelados ao dólar norte-americano, com o objetivo de convertê-los em passivos em reais, a fim de realizar um ganho cambial e atingir fluxos de caixa mais favoráveis e com maior liquidez. O valor de mercado das operações de swap celebradas é determinado através da aplicação da metodologia de fluxo de caixa descontado em cada transação, com base nas taxas de câmbio existentes e na taxa do CDI.

Nossas atividades de *hedging* têm um impacto significativo nos nossos resultados de operações, principalmente nos nossos resultados financeiros. Para melhor entender o efeito que as flutuações da taxa de câmbio têm em nossos resultados, deve-se ligar os efeitos de ganhos e perdas registrados em “operações de câmbio” e “derivativos”, calculados nos termos dos resultados financeiros. Qualquer disparidade entre as quantias registradas em resultados financeiros (tipicamente registrando um valor superior nos resultados financeiros) pode ser creditada ao efeito de marcação a mercado na contabilização do swap no passivo. Por outro lado, essa variação também é refletida na posição dos ativos registrados no nosso balanço na linha “Derivativos”.

Com a estruturação, já em curso, do instrumento que alongará a dívida bancária da Companhia, os contratos de *hedging* serão 100% liquidados, uma vez que o instrumento inteiro será emitido em moeda nacional.

### Obrigações Contratuais

A tabela abaixo apresenta o cronograma de vencimento de nossos contratos com fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2017.

31/12/2017	Consolidado		
	1 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Fornecedores	190.758	1.088	191.846
Demais contas a pagar	9.417	-	9.417
Empréstimos e financiamentos	599.528	-	599.528
Debêntures	425.739	-	425.739
<b>Total</b>	<b>1.225.442</b>	<b>1.088</b>	<b>1.226.530</b>

31/12/2017	Nota	Consolidado		
		1 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Fornecedores	16	190.758	1.088	191.846
Demais contas a pagar	16	9.417	-	9.417
Empréstimos e financiamentos	18	599.528	-	599.528
Debêntures	19	425.739	-	425.739
<b>Total</b>		<b>1.225.442</b>	<b>1.088</b>	<b>1.226.530</b>

31/12/2016	Nota	Consolidado		
		1 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Fornecedores	16	271.066	723	271.789
Demais contas a pagar	16	53.772	8.023	61.795
Empréstimos e financiamentos	18	131.507	8.373	139.880
Debêntures	19	495.258	-	495.258
Derivativos	20	37	-	37
<b>Total</b>		<b>951.603</b>	<b>17.119</b>	<b>968.722</b>

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Em 31 de dezembro de 2017, não haviam obrigações de longo prazo registradas no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2016, no longo prazo, possuíamos apenas as parcelas do financiamento com o Banco IBM S.A. que totalizavam R\$ 22 milhões, dos quais R\$ 8,8 milhões estão no longo prazo. O crédito foi utilizado exclusivamente para investimento na aquisição de equipamentos de tecnologia e/ou aquisição de programas de softwares.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Companhia detém empréstimo bancário que, de acordo com cláusulas contratuais restritivas, estabelecem que, a critério do credor, o empréstimo se torna imediatamente vencido quando não atingido as métricas abaixo:

- (I) Caso os recebíveis decorrentes de transações realizadas por meio de cartão de crédito e débito, performados, mas não liquidados concedidos fiduciariamente, seja inferior a R\$43,6 milhões, cuja a aferição ocorrerá no último dia útil de cada mês;
- (II) Caso a média móvel do fluxo mensal de recebíveis que transitam pela conta vinculada seja inferior a R\$40,0 milhões, considerando o período dos últimos três meses da data de aferição; e
- (III) Se a Emitente e/ou quaisquer dos Avalistas Coobrigados celebrarem ou propuserem plano de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação pelos respectivos credores ou de sua homologação pelo juiz competente.

Em janeiro de 2018 a Companhia, em assembleia geral de debenturistas (“AGD”), debenturistas representantes de 99,53% (noventa e nove inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) da totalidade das debêntures em circulação da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, com

Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada da Companhia (respectivamente, “Debenturistas” e “Emissão”), deliberaram declarar o vencimento antecipado da Emissão, sem a excussão, neste momento, das garantias da Emissão, tendo em vista o ajuizamento do pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia, em conjunto com outras sociedades pertencentes do seu grupo.

Em janeiro de 2018 a Companhia recebeu comunicado do vencimento antecipado das seguintes Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Companhia e cujo saldo devedor em conjunto é, nesta data, de aproximadamente R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) (“CCBs”): (i) CCB n.º 2017011201, emitida em favor do Banco Modal S.A., em 12 de janeiro de 2017, e endossada na mesma data à BTGI; e (ii) CCB n.º 128/77, emitida em favor do BTG em 10 de julho de 2017. Consoante os termos das notificações de vencimento antecipado recebidas, BTGI e BTG reservaram-se o direito de, a qualquer momento, executar as garantias prestadas no âmbito das CCBs. Os administradores informam, ainda, que estão avaliando os eventuais impactos de referido vencimento antecipado no contexto de sua reestruturação societária e econômica, reiterando seu compromisso de manter os acionistas e o mercado em geral informados acerca do andamento dos assuntos aqui tratados e de qualquer outro assunto de interesse do mercado.

#### **g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 9 de janeiro de 2018, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo, protocolizou pedido de recuperação judicial perante o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo com os objetivos de: (i) continuar avançando na recuperação e solução da crise financeira Companhia, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-estabelecidos; (ii) manter a normalidade operacional da Companhia e suas subsidiárias, controladas e demais empresas do grupo; e (iii) resguardar o valor e preservar o caixa e capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta mesma data.

O pedido de recuperação judicial está em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, sob nº 1000990-38.2018.8.26.0100. Em 11 de janeiro de 2018, foi deferido o processamento da recuperação judicial, bem como nomeado como administrador judicial a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.189.924/0001-03, com endereço à Av. Doutor Chucri Zaidan, 1240, Edifício Golden Tower, 5º andar, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP: 04709-111, representada por Luis Vasco Elias, CPF: 073.762.938-09, e endereço eletrônico [grupobrpharma2vfrj@gmail.com](mailto:grupobrpharma2vfrj@gmail.com).

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado em 60 (sessenta) dias úteis da data do deferimento da recuperação judicial, sob pena de falência. Em 19 de fevereiro de 2018 foi publicado Edital de Convocação de Credores e Terceiros Interessados, nos termos do artigo 52, §1º da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas ao administrador judicial através dos endereços supra mencionados.

Diante do pedido de recuperação judicial, os empréstimos foram classificados em sua totalidade no curto prazo do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

#### **h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia uniformizou o critério para apresentação da dívida líquida, passando a utilizar nesse documento o mesmo critério adotado nas demonstrações financeiras.

Período de 31 de dezembro de 2017, em comparação ao Período de 31 de dezembro de 2016.

A tabela a seguir apresenta certas informações sobre nossos resultados operacionais consolidados no período de um ano de 2017 e 2016. As informações comparativas apresentam os resultados dos investimentos alienados identificado como resultados de operações descontinuadas, assim como os respectivos comentários.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017					
	2017	% A.V.	2016	% A.V.	Variação	Variação %
Receita bruta de vendas	541.041	100,00%	1.591.261	100,00%	(1.050.220)	-66,00%
Deduções da receita bruta	(24.255)	-4,48%	(88.605)	-5,57%	64.350	-72,63%
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>516.786</b>	<b>95,52%</b>	<b>1.502.656</b>	<b>94,43%</b>	<b>(985.870)</b>	<b>-65,61%</b>
Custo das vendas	(357.635)	-66,10%	(1.041.187)	-65,43%	683.552	-65,65%
<b>Lucro bruto</b>	<b>159.151</b>	<b>29,42%</b>	<b>461.469</b>	<b>29,00%</b>	<b>(302.318)</b>	<b>-65,51%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>(1.659.307)</b>	<b>-306,69%</b>	<b>(959.923)</b>	<b>-60,32%</b>	<b>(699.384)</b>	<b>72,86%</b>
Despesa com vendas	(354.897)	-65,60%	(549.610)	-34,54%	194.713	-35,43%
Despesas gerais e administrativas	(340.782)	-62,99%	(252.338)	-15,86%	(88.444)	35,05%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(91.494)	-16,91%	22.743	1,43%	(114.237)	-502,30%
Redução ao valor de recuperação de ativos	(872.134)	-161,20%	(180.718)	-11,36%	(691.416)	382,59%
<b>Lucro (Prejuízo) oper. antes do resul financeiro</b>	<b>(1.500.156)</b>	<b>-277,27%</b>	<b>(498.454)</b>	<b>-31,32%</b>	<b>(1.001.702)</b>	<b>200,96%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(81.016)</b>	<b>-14,97%</b>	<b>(140.298)</b>	<b>-8,82%</b>	<b>59.282</b>	<b>-42,25%</b>
Receitas financeiras	77.212	14,27%	24.538	1,54%	52.674	214,66%
Despesas financeiras	(158.228)	-29,25%	(164.836)	-10,36%	6.608	-4,01%
<b>Resultado antes do imp. de renda e da contrib.social</b>	<b>(1.581.172)</b>	<b>-292,25%</b>	<b>(638.752)</b>	<b>-40,14%</b>	<b>(942.420)</b>	<b>147,54%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(40.503)</b>	<b>-7,49%</b>	<b>37.103</b>	<b>2,33%</b>	<b>(77.606)</b>	<b>-209,16%</b>
Corrente	(348)	-0,06%	-	0,00%	(348)	0,00%
Diferido	(40.155)	-7,42%	37.103	2,33%	(77.258)	-208,23%

<b>Prejuízo do exercício das operações continuadas</b>	<b>(1.621.675)</b>	<b>-299,73%</b>	<b>(601.649)</b>	<b>-37,81%</b>	<b>(1.020.026)</b>	<b>169,54%</b>
<b>Operações descontinuadas</b>						
Lucro/Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	-	<b>0,00%</b>	(66.737)	<b>-4,19%</b>	66.737	-100,00%
Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-	0,00%	34.045	<b>2,14%</b>	(34.045)	-100,00%
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício antes da participação de não controladores</b>	<b>(1.621.675)</b>	<b>-299,73%</b>	<b>(634.341)</b>	<b>-39,86%</b>	<b>(987.334)</b>	<b>155,65%</b>
Acionistas não controladores	-	0,00%	-	<b>0,00%</b>	-	0,00%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(1.621.675)</b>	<b>-299,73%</b>	<b>(634.341)</b>	<b>-39,86%</b>	<b>(987.334)</b>	<b>155,65%</b>

Nossa receita bruta diminuiu em R\$ 1.050,2 milhões, ou 66,0%, quando comparado o exercício de 2017 com 2016, passando de R\$1.591,3 milhões no exercício de 2016, dos quais R\$1.575,1 milhões ou 99,0%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$16,2 milhões, ou 1,0%, ao nosso segmento de serviços, para R\$541,0 milhões no exercício de 2017, dos quais R\$525,6 milhões, ou 97,1%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$15,4 milhões, ou 2,9%, ao nosso segmento de serviços.

A diminuição da nossa receita bruta no exercício 2017 em comparação com o exercício de 2016 deveu-se principalmente a (i) uma diminuição do número total de nossas lojas, passando de 373 lojas próprias e 447 lojas franqueadas ao final de 2016, para 287 lojas próprias e 430 lojas franqueadas ao final de 2017 (ii) uma redução em vendas nas mesmas lojas no exercício de 2017, em relação ao mesmo período em 2016, em sua maior parte devido aos problemas de ruptura de estoques causados pelos problemas de capital de giro.

#### Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta diminuíram R\$64,4 milhões, ou 72,6%, passando de R\$ 88,6 milhões no exercício de 2016 (5,6% da nossa receita bruta) para R\$24,3 milhões no exercício de 2017 (4,5% da nossa receita bruta), principalmente devido a (i) diminuição da nossa receita ao longo do período e (ii) em menor grau, uma redução de R\$6,5 milhões, ou 85,5%, como resultado de um menor volume de devoluções, de R\$7,6 milhões no exercício de 2016, para R\$1,1 milhões, no exercício de 2017.

#### Receita Líquida de Vendas

Pelas razões apresentadas acima, nossa receita líquida de vendas diminuiu em R\$985,9 milhões, ou 65,6%, passando de R\$1.502,7 milhões no exercício de 2016, dos quais R\$1.485,9 milhões, ou 98,9%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$16,8 milhões, ou 1,1%, ao nosso segmento de serviços, para R\$516,8 milhões, no exercício de 2017, dos quais R\$503,2 milhões, ou 97,4%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$13,6 milhões, ou 2,6%, ao nosso segmento de serviços. Nossa receita líquida de vendas no exercício de 2017 representou 95,5% da nossa receita bruta, em comparação com 94,4% de nossa receita bruta, no exercício de 2016.

### Custo de Vendas

Nosso custo de vendas diminuiu R\$683,56 milhões, ou 65,7%, passando de R\$1.041,2 milhões no exercício de 2016 (65,4% da nossa receita bruta) para R\$357,6 milhões, no exercício de 2017 (66,1% de nossa receita bruta). Esta diminuição, em números absolutos, está relacionada à acentuada queda nas vendas no mesmo período.

No exercício de 2016, R\$1.040,9 milhões, ou 99,97%, do nosso custo de vendas foi atribuído ao nosso segmento de varejo e R\$0,4 milhões, ou 0,03%, ao nosso segmento de serviços, enquanto que no exercício de 2017, R\$355,8 milhões, ou 99,96%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$0,2 milhões, ou 0,04%, ao nosso segmento de serviços.

### Lucro Bruto

Pelas razões apresentadas acima, nosso lucro bruto reduziu em R\$302,3 milhões, ou 65,5%, passando de R\$461,5 milhões no exercício de 2016 (29,0% da nossa receita bruta) para R\$159,2 milhões, no exercício de 2017 (29,4% da nossa receita bruta).

### Receitas (Despesas) operacionais

#### Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas diminuíram em R\$194,7 milhões, ou 35,4%, passando de R\$549,6 milhões no exercício de 2016 (34,5% da nossa receita bruta) para R\$354,9 milhões, no exercício de 2017 (65,6% de nossa receita bruta), principalmente devido a redução da operação com o fechamento de lojas, acarretando uma diminuição nas despesas de pessoal com vendas, infraestrutura, bem como redução nas estimativas de perdas com contingências e contas a receber.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas com vendas para os períodos indicados:

	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 a 31/12/2016</u>
Despesas com pessoal de vendas	(203,7)	(296,6)
Despesas com propaganda e marketing	(4,3)	(8,5)
Despesa com aluguel de lojas	(68,6)	(70,0)
Despesa de vendas com tecnologia e comunicação	(7,1)	(16,7)
Despesa de vendas com infraestrutura	(19,9)	(26,5)
Outras despesas com vendas	(17,7)	(41,9)
Perdas/provisão contas a receber – vendas	(14,1)	(44,8)
Provisão/perdas com contingências – vendas	(19,4)	(44,6)
	<b><u>(354,9)</u></b>	<b><u>(549,6)</u></b>

### Despesas Gerais e Administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram R\$88,4 milhões, ou 35,5%, passando de R\$252,3 milhões, no exercício de 2016 (15,86% da nossa receita bruta) para R\$340,8 milhões, no exercício de 2017 (62,99% de nossa receita bruta), principalmente devido a perdas com recebíveis decorrente de alienação de investidas de R\$115,4. As demais despesas diminuíram em R\$26,9 no exercício de 2017.

	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 a 31/12/2016</u>
Despesas com pessoal	(99,0)	(103,3)
Despesas com consultorias, assessorias e auditorias	(12,9)	(20,1)
Outros serviços PJs e PFs	(6,3)	(14,7)
Despesa com viagens	(5,7)	(3,3)
Despesas gerais	(9,2)	(11,3)
Despesa com aluguel de escritórios	(5,0)	(8,7)
Despesas de instalações e infra-estrutura	(11,6)	(9,4)
Despesas com tecnologia e comunicação	(30,7)	(20,2)
Despesas tributárias	(19,0)	(16,6)
Provisão/perdas com contingências	(1,6)	(0,1)
Perdas/provisão contas a receber	(115,4)	(0,2)
Depreciação e amortização	(24,4)	(44,4)
	<b><u>(340,8)</u></b>	<b><u>(252,3)</u></b>

### Resultado de Equivalência Patrimonial

Não houve resultado de equivalência patrimonial nos exercícios de 2017 e 2016. A Companhia não possuía participações em coligadas.

### Redução ao valor de recuperação de ativos

As perdas com redução ao valor recuperável de ativos aumentaram R\$691,4 milhões, ou 382,6%, passando de R\$180,7 milhões, no exercício de 2016 (11,4% da nossa receita bruta) para R\$872,1 milhões, no exercício de 2017 (161,2% de nossa receita bruta), devido ao *impairment* do ágio das bandeiras Big Ben e Santana:

### Resultado Operacional

O prejuízo operacional foi aumentado em R\$1.001,7 milhões, ou 200,9%, passando de R\$498,5 milhões, no exercício de 2016, para R\$1.500,2 milhões, no exercício de 2017.

É importante ressaltar que a Companhia registrou diversos impactos em seu resultado operacional referentes a *impairment* de ativos e baixa de investimentos e ativos que, apesar de impactarem o resultado registrado no período, não tiveram efeito caixa e, na opinião da Administração não serão recorrentes no rumo dos negócios da Companhia.

## Receitas (Despesas) Financeiras

### Receitas Financeiras

Nossa receita financeira aumentou em R\$52,7 milhões, ou 214,7%, passando de R\$24,5 milhões no exercício de 2016, para R\$77,2 milhões, no exercício de 2017, principalmente devido a antecipação de dívidas financeiras.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento de nossas receitas financeiras para os períodos indicados:

	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 a 31/12/2016</u>
Receita de juros sobre aplicações financeiras	4,1	1,9
Descontos obtidos	0,9	0,5
Variações monetárias ativas	4,7	6,9
Variações cambiais ativa	1,6	2,9
Resultado com derivativo	-	3,1
Desconto de pagamentos antecipados	56,7	-
Outras receitas financeiras	9,2	9,3
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>77,2</b>	<b>24,6</b>

### Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras diminuíram em R\$6,6 milhões, ou 4,0%, passando de R\$164,8 milhões, no exercício de 2016, para R\$158,2 milhões, no exercício de 2017, principalmente devido a (i) redução de R\$6,7 milhões em perdas cambiais, refletindo nossa exposição ao dólar norte-americano relacionada ao nosso endividamento denominado nessa moeda; (ii) em menor grau, uma diminuição de R\$0,8 milhões em perdas com derivativos, relativo aos instrumentos de *hedging* que firmados para minimizar a exposição ao dólar norte-americano.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas financeiras para os períodos indicados:

	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 a 31/12/2016</u>
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(72,9)	(57,0)
Juros, encargos e taxas bancárias	(22,3)	(37,9)
Descontos concedidos	(5,6)	(11,8)
Variações monetárias passivas	(3,9)	(5,2)
Outras despesas financeiras	(51,1)	(43,1)
Resultado com derivativo	(2,4)	(3,2)
Variações cambiais passivas	-	(6,7)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(158,2)</b>	<b>(164,9)</b>

## Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Pelas razões acima discutidas, nosso prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em R\$942,4 milhões, ou 147,5%, passando de R\$638,8 milhões, no exercício de 2016, para R\$1.581,2 milhões, no exercício de 2017.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social aumentaram em R\$77,6 milhões, ou 209,2%, passando de R\$32,3 milhões no exercício de 2016, para o valor negativo de R\$40,5 milhões no exercício de 2017, refletindo a baixa de impostos diferidos ativos em função da avaliação de impairment do exercício de 2017.

### Resultado de operações descontinuadas

A Companhia alienou o investimento na bandeira Rosário, no exercício 2016, O efeito, líquido do resultado da bandeira no exercício de 2016 foi uma perda de R\$32,6 milhões. A companhia não teve resultado de operações descontinuadas em 2017.

### Prejuízo do Período

Pelas razões apresentadas acima, nosso prejuízo líquido para o período aumentou em R\$987,3 milhões, ou 155,7%, passando de R\$634,3 milhões no exercício de 2016, para R\$1.621,7 milhões no exercício de 2017.

**Análise do Balanço Patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 comparado com o Balanço Patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2016.**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhares)</b>	<b>2017</b>	<b>% A.V.</b>	<b>2016</b>	<b>% A.V.</b>	<b>R\$ Var</b>	<b>% Var</b>
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>56.273</b>	<b>38,82%</b>	<b>219.497</b>	<b>15,05%</b>	<b>(163.224)</b>	<b>-74,36%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.362	2,32%	39.791	2,73%	(36.429)	-91,55%
Aplicações financeiras	-	0,00%	26.684	1,83%	(26.684)	-100,00%
Contas a receber	2.633	1,82%	19.312	1,32%	(16.679)	-86,37%
Acordos Comerciais	-	0,00%	1.657	0,11%	(1.657)	-100,00%
Estoques	42.070	29,03%	88.871	6,09%	(46.801)	-52,66%
Créditos tributários e previdenciários	-	0,00%	18.452	1,27%	(18.452)	-100,00%
Imposto de renda pessoa jurídica	-	0,00%	4.506	0,31%	(4.506)	-100,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	0,00%	1.656	0,11%	(1.656)	-100,00%
Adiantamento a fornecedores	1.583	1,09%	388	0,03%	1.195	307,99%
Despesas pagas antecipadamente	5.296	3,65%	5.445	0,37%	(149)	-2,74%
Outros ativos CP	1.329	0,92%	12.735	0,87%	(11.406)	-89,56%
<b>Não Circulante</b>	<b>88.668</b>	<b>61,18%</b>	<b>1.238.887</b>	<b>84,95%</b>	<b>(1.150.219)</b>	<b>-92,84%</b>
Tributos diferidos	-	0,00%	39.894	2,74%	(39.894)	-100,00%
Despesas pagas antecipadamente	13.749	9,49%	6.537	0,45%	7.212	110,33%
Outros ativos	23.215	16,02%	160.934	11,04%	(137.719)	-85,57%
Créditos tributários e previdenciários	35.089	24,21%	26.481	1,82%	8.608	32,51%
Imposto de renda pessoa jurídica	4.527	3,12%	5.511	0,38%	(984)	-17,86%
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.972	2,05%	3.164	0,22%	(192)	-6,07%
Imobilizado	5.797	4,00%	99.029	6,79%	(93.232)	-94,15%
Intangível	3.319	2,29%	897.337	61,53%	(894.018)	-99,63%
<b>Total do Ativo</b>	<b>144.941</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.458.384</b>	<b>100,00%</b>	<b>(1.313.443)</b>	<b>-90,06%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>144.941</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.458.384</b>	<b>100,00%</b>	<b>(1.313.443)</b>	<b>-90,06%</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.375.821</b>	<b>949,23%</b>	<b>1.031.504</b>	<b>70,73%</b>	<b>344.317</b>	<b>33,38%</b>
Obrigações com pessoal e encargos sociais	31.903	22,01%	57.482	3,94%	(25.579)	-44,50%
Fornecedores	190.758	131,61%	271.066	18,59%	(80.308)	-29,63%
Imposto de renda e contribuição social	89	0,06%	228	0,02%	(139)	-60,96%
Outros impostos e contribuições	127.732	88,13%	21.041	1,44%	106.691	507,06%
Empréstimos e financiamentos	590.177	407,18%	131.507	9,02%	458.670	348,78%
Debêntures	425.739	293,73%	495.258	33,96%	(69.519)	-14,04%
Demais contas a pagar	9.417	6,50%	53.772	3,69%	(44.355)	-82,49%
Receitas diferidas	6	0,00%	1.113	0,08%	(1.107)	-99,46%
Derivativos	-	0,00%	37	0,00%	(37)	-100,00%
<b>Não circulante</b>	<b>86.459</b>	<b>59,65%</b>	<b>122.544</b>	<b>8,40%</b>	<b>(36.085)</b>	<b>-29,45%</b>
Fornecedores -LP	1.088	0,75%	723	0,05%	365	50,48%
Empréstimos e financiamentos - LP	-	0,00%	8.373	0,57%	(8.373)	-100,00%
Demais contas a pagar	-	0,00%	8.023	0,55%	(8.023)	-100,00%
Outros impostos e contribuições	2.002	1,38%	50.761	3,48%	(48.759)	-96,06%
Provisão para contingências líquidas - LP	83.369	57,52%	54.664	3,75%	28.705	52,51%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(1.317.339)</b>	<b>-908,88%</b>	<b>304.336</b>	<b>20,87%</b>	<b>(1.621.675)</b>	<b>-532,86%</b>
Capital social	2.186.972	1508,87%	2.186.972	149,96%	-	0,00%
Reservas de capital	-	0,00%	(28.827)	-1,98%	28.827	-100,00%
Lucros (Prejuízos) acumulados	(3.504.311)	-2417,75%	(1.853.809)	-127,11%	(1.650.502)	89,03%

### Ativo Circulante

No exercício de 2017, o ativo circulante diminuiu em R\$163,2 milhões, passando de R\$219,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$56,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação de 74,4%. O ativo circulante representava 15,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e, em 31 de dezembro de 2017, passou a representar 38,8%. Tal resultado se deu, principalmente pelas variações das seguintes contas descritas abaixo:

(i) redução de R\$46,8 milhões nos estoques, que passou de R\$88,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$42,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação negativa de 52,7%. Tal variação ocorreu pelas restrições comerciais em relação ao abastecimento.

(ii) redução de R\$16,7 milhões nas contas a receber, que passou de R\$19,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação negativa de 86,4%. A variação ocorreu em função da redução das vendas.

(iii) redução de R\$63,1 milhões no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, que passou de R\$66,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação negativa de 94,9%. A variação ocorreu principalmente devido a necessidade de capital de Companhia.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante reduziu em R\$1.150,2 milhões, passando de R\$1.238,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$88,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação negativa de 92,8%. O ativo não circulante representava 84,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e, em 31 de dezembro de 2017, passou a representar 61,2%. Tal resultado ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo:

(i) redução de R\$894,1 milhões, ou 99,6% no saldo dos ativos intangíveis que passaram de R\$897,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 em função da baixa de intangíveis decorrentes do *impairment* das bandeiras Big Ben e Santana.

(ii) redução de R\$39,9 milhões, ou 100,0% dos tributos diferidos, em função dos indicadores de existência de incerteza sobre a continuidade dos negócios.

(iii) redução de R\$137,7 milhões, ou 85,6%, de outros ativos que passaram de R\$160,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$23,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função da cessão de crédito dos recebíveis decorrente da alienação da bandeira Rosário e registro de estimativa de perda da totalidade de recebíveis decorrente da alienação da bandeira Mais Econômica.

(iv) redução de R\$93,2 milhões, ou 94,1%, no saldo da conta do imobilizado que passou de R\$99,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Tal redução ocorreu em decorrência da provisão para redução ao valor recuperável de ativos decorrente das lojas fechadas no exercício e das depreciações dos ativos no período.

### Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou em R\$344,3 milhões, ou 33,4%, passando de R\$1.031,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.375,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo circulante representava 70,7 em 31 de dezembro de 2016, passando, em 31 de dezembro de 2017, a representar 675,2% do passivo total. Tal resultado ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo:

- (i) aumento de 348,8% no saldo dos empréstimos, que passou de R\$131,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$590,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 em função do vencimento antecipado da CCB devido a quebra de covenant por entrar em recuperação judicial.
- (ii) aumento de 507,1% no saldo de outros impostos e contribuições, que passou de R\$21,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$127,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 devido a inadimplência de impostos devido a insuficiência de capital de giro.
- (iii) redução de 29,6% no saldo de fornecedores, que passou de R\$271,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$190,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, decorrente da redução de compras de mercadorias no exercício.

### Passivo Não Circulante

O passivo não circulante diminuiu em R\$36,1 milhões, ou 29,5%, passando de R\$122,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$86,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo não circulante representava 8,4% do total do passivo em 31 de dezembro de 2016 e 42,4% em 31 de dezembro de 2017. A variação do passivo não circulante ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de R\$28,7 milhões, ou 52,5%, nas provisões para demandas judiciais, que passaram de R\$ 54,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$83,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da atualização periódica das estimativas de perdas, principalmente, de natureza tributária.
- (ii) redução de R\$48,8 milhões, ou 96,1%, nas provisões para demandas judiciais, que passaram de R\$ 50,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da inadimplência de parcelamentos, desta forma reclassificados para curto prazo.
- (iii) redução de 8,4 milhões, ou 100,0%, nos empréstimos e financiamentos, que em decorrência do pedido de recuperação judicial, foram reclassificados para curto prazo.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido sofreu redução de R\$1.621,7 milhões, ou 532,9%, passando de R\$304,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.317,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2017. Tal variação no nosso patrimônio líquido é decorrente, principalmente, do prejuízo de R\$1.621,7 milhões.

Período de 31 de dezembro de 2016, em comparação ao Período de 31 de dezembro de 2015.

A tabela a seguir apresenta certas informações sobre nossos resultados operacionais consolidados no período de um ano de 2016 e 2015. As informações comparativas apresentam os resultados dos investimentos alienados identificado como resultados de operações descontinuadas, assim como os respectivos comentários.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016	% A.V.	2015	% A.V.	Variação	Variação %
Receita bruta de vendas	1.591.261	100,00%	2.567.418	100,00%	(976.157)	-38,02%
Deduções da receita bruta	(88.605)	-5,57%	(131.547)	-5,12%	42.942	-32,64%
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.502.656</b>	<b>94,43%</b>	<b>2.435.871</b>	<b>94,88%</b>	<b>(933.215)</b>	<b>-38,31%</b>
Custo das vendas	(1.041.187)	-65,43%	(1.784.726)	-69,51%	743.539	-41,66%
			63.356.409			
<b>Lucro bruto</b>	<b>461.469</b>	<b>29,00%</b>	<b>651.145</b>	<b>25,36%</b>	<b>(189.676)</b>	<b>-29,13%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>(959.923)</b>	<b>-60,32%</b>	<b>(910.168)</b>	<b>-35,45%</b>	<b>(49.755)</b>	<b>5,47%</b>
Despesa com vendas	(549.610)	-34,54%	(508.666)	-19,81%	(40.944)	8,05%
Despesas gerais e administrativas	(252.338)	-15,86%	(304.064)	-11,84%	51.726	-17,01%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22.743	1,43%	(30.820)	-1,20%	53.563	173,79%
Redução ao valor de recuperação de ativos	(180.718)	-11,36%	(66.618)	-2,59%	(114.100)	171,28%
Perda com alienação de investimentos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Lucro (Prejuízo) oper. antes do resul financeiro</b>	<b>(498.454)</b>	<b>-31,32%</b>	<b>(259.023)</b>	<b>-10,09%</b>	<b>(239.431)</b>	<b>92,44%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(140.298)</b>	<b>-8,82%</b>	<b>(172.760)</b>	<b>-6,73%</b>	<b>32.462</b>	<b>-18,79%</b>
Receitas financeiras	24.538	1,54%	251.741	9,81%	(227.203)	-90,25%
Despesas financeiras	(164.836)	-10,36%	(424.501)	-16,53%	259.665	-61,17%
<b>Resultado antes do imp. de renda e da contrib.social</b>	<b>(638.752)</b>	<b>-40,14%</b>	<b>(431.783)</b>	<b>-16,82%</b>	<b>(206.969)</b>	<b>47,93%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>37.103</b>	<b>2,33%</b>	<b>32.335</b>	<b>1,26%</b>	<b>4.768</b>	<b>14,75%</b>
Corrente	-	0,00%	(4.673)	-0,18%	4.673	100,00%
Diferido	37.103	2,33%	37.008	1,44%	95	0,26%
<b>Prejuízo do exercício das operações continuadas</b>	<b>(601.649)</b>	<b>-37,81%</b>	<b>(399.448)</b>	<b>-15,56%</b>	<b>(202.201)</b>	<b>50,62%</b>
<b>Operações descontinuadas</b>						
Lucro/Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	(66.737)	-4,19%	(97.059)	-3,78%	30.322	-31,24%
Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	34.045	2,14%	(158.038)	-6,16%	192.083	121,54%
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício antes da participação de não controladores</b>	<b>(634.341)</b>	<b>-39,86%</b>	<b>(654.545)</b>	<b>-25,49%</b>	<b>20.204</b>	<b>-3,09%</b>
Acionistas não controladores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(634.341)</b>	<b>-39,86%</b>	<b>(654.545)</b>	<b>-25,49%</b>	<b>20.204</b>	<b>-3,09%</b>

## Receita Bruta

Nossa receita bruta diminuiu em R\$976,2 milhões, ou 38,2%, quando comparado o exercício de 2016 com 2015, passando de R\$2.567,4 milhões no exercício de 2015, dos quais R\$2.550,2, milhões ou 99,3%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$17,2 milhões, ou 0,7%, ao nosso segmento de serviços, para R\$1.591,3 milhões no exercício de 2016, dos quais R\$1.575,1 milhões, ou 99,0%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$16,2 milhões, ou 1,0 %, ao nosso segmento de serviços.

A tabela abaixo apresenta a divisão da nossa receita bruta para os períodos indicados.

	Período de nove meses findo em 31 de dezembro de				
	2016		2015		A.H.
	R\$ milhões	% do Total	R\$ milhões	% do Total	2016x2015
<b>Medicamentos</b>					
Marca <sup>(1)</sup>	687,4	43,2%	1.183,6	46,1%	(41,9%)
Genéricos	229,1	14,4%	292,7	11,4%	(21,7%)
<b>Produtos não-farmacêuticos</b>	<b>658,6</b>	<b>41,4%</b>	<b>1073,9</b>	<b>41,8%</b>	<b>(38,7%)</b>
<b>Taxas e serviços de franquias<sup>(2)</sup></b>	<b>16,2</b>	<b>1,0%</b>	<b>17,2</b>	<b>0,7%</b>	<b>(5,8%)</b>
<b>Total <sup>(3)</sup></b>	<b>1.591,3</b>	<b>100%</b>	<b>2.567,4</b>	<b>100%</b>	<b>(38,0%)</b>

(1) Os produtos farmacêuticos de marca corresponderam a 75,0% e 80,0% de nossa receita bruta total de medicamentos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

(2) Inclui receita de royalties de franquias e venda de nossos produtos em nossas lojas próprias, usadas como modelo para treinamento e visitação de nossos franqueados.

(3) Excluindo receita bruta da Rosário e Mais Econômica no período 2016 e 2015.

A diminuição da nossa receita bruta no exercício 2016 em comparação com o exercício de 2015 deveu-se principalmente a (i) uma diminuição do número total de nossas lojas, de 532 lojas próprias e 457 lojas franqueadas em 2015, a 373 lojas próprias e 447 lojas franqueadas ao final de 2016 além da alienação das operações da Mais Econômica (2015) e Rosário (2016) que levou a redução da quantidade de lojas, refletindo uma mudança em nossa estratégia de negócios focada na geração de lucro e eficiência operacional, em vez de expansão, (ii) uma redução em vendas nas mesmas lojas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, em relação ao mesmo período em 2015, com uma redução considerando apenas lojas maduras, em parte devido ao fraco desempenho das bandeiras Mais Econômica e Rosário, que registraram uma diminuição na receita de vendas no período e (iii) a diminuição das atividades promocionais executadas durante quase a totalidade do ano de 2016 para otimizar o perfil dos estoques da Companhia.

Quando olhamos essa evolução negativa na receita em conjunto com a evolução da margem bruta, é possível observar que a Companhia registrou patamar superior de lucro bruto apesar das vendas menores, sinalizando grande eficiência na rentabilização das vendas realizadas.

### Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta diminuíram R\$42,9 milhões, ou 32,6%, passando de R\$ 131,5 milhões no exercício de 2015 (5,1% da nossa receita bruta) para R\$88,6 milhões no exercício de 2016 (5,6% da nossa receita bruta), principalmente devido a (i) diminuição da nossa receita ao longo do período e (ii) em menor grau, uma redução de R\$6,4 milhões, ou 46,0%, como resultado de um menor volume de devoluções, de R\$14,0 milhões no exercício de 2015, para R\$7,6 milhões, no exercício de 2016.

### Receita Líquida de Vendas

Pelas razões apresentadas acima, nossa receita líquida de vendas diminuiu em R\$933,2 milhões, ou 38,3%, passando de R\$2.435,9 milhões no exercício de 2015, dos quais R\$2.417,6 milhões, ou 99,2%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$18,2 milhões, ou 0,8%, ao nosso segmento de serviços, para R\$1.502,7 milhões, no exercício de 2016, dos quais R\$1.485,9 milhões, ou 98,9%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$16,8 milhões, ou 1,1%, ao nosso segmento de serviços. Nossa receita líquida de vendas no exercício de 2015 representou 69,5% da nossa receita bruta, em comparação com 65,4% de nossa receita bruta, no exercício de 2016.

### Custo de Vendas

Nosso custo de vendas diminuiu R\$743,5 milhões, ou 41,6%, passando de R\$1.784,7 milhões no exercício de 2015 (69,5% da nossa receita bruta) para R\$1.041,2 milhões, no exercício de 2016 (65,4% de nossa receita bruta). Esta diminuição no nosso custo de vendas foi principalmente resultante de (i) determinadas eficiências operacionais na integração da operação, incluindo (a) melhorias em nossa política de compras, agora baseada em informações obtidas diretamente de nossas lojas, (b) implementação e amadurecimento de novos sistemas de compras e vendas que foram introduzidos, e (c) uma diminuição acentuada nos níveis de perdas, como resultado de melhores controles sobre produtos fora do prazo de validade, juntamente com uma melhor repartição do excesso de estoque entre lojas e redes.

No exercício de 2015, R\$1.784,2 milhões, ou 99,9%, do nosso custo de vendas foi atribuído ao nosso segmento de varejo e R\$0,5 milhões, ou 0,03%, ao nosso segmento de serviços, enquanto que no exercício de 2016, R\$1.040,9 milhões, ou 99,97%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$0,3 milhões, ou 0,03%, ao nosso segmento de serviços.

### Lucro Bruto

Pelas razões apresentadas acima, nosso lucro bruto reduziu em R\$189,7 milhões, ou 29,13%, passando

de R\$651,2 milhões no exercício de 2015 (25,3% da nossa receita bruta) para R\$461,7 milhões, no exercício de 2016 (29% da nossa receita bruta).

No exercício de 2015, R\$ 633,3 milhões, ou 97,3%, de nosso lucro bruto foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$17,8 milhões, ou 2,7%, ao nosso segmento de serviços, enquanto que no exercício de 2016, R\$444,9 milhões, ou 96,4%, do nosso lucro bruto, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$16,5 milhões, ou 3,6%, ao nosso segmento de serviços.

### Receitas (Despesas) operacionais

#### Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas aumentaram em R\$ 40,9 milhões, ou 8,0%, passando de R\$508,6 milhões no exercício de 2015 (19,8% da nossa receita bruta) para R\$549,6 milhões, no exercício de 2016 (34,5% de nossa receita bruta), principalmente devido atualização das demandas judiciais, principalmente, de natureza trabalhista e provisões para perdas de contas a receber.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas com vendas para os períodos indicados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2016 a 31/12/2016</b>	<b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>
Despesas com pessoal de vendas	(296,6)	(295,2)
Despesas com propaganda e marketing	(8,5)	(24,2)
Despesa com aluguel de lojas	(70,0)	(64,0)
Despesa de vendas com tecnologia	(14,4)	(10,7)
Despesa de vendas com comunicação	(2,4)	(2,0)
Despesa de vendas com infra-estrutura	(26,5)	(31,4)
Outras despesas com vendas	(41,9)	(46,9)
Perdas/provisão contas a receber - vendas	(44,9)	(32,2)
Provisão/perdas com contingências - vendas	(44,6)	(2,0)
	<b>(549,6)</b>	<b>(508,7)</b>

#### Despesas Gerais e Administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas diminuíram R\$51,7 milhões, ou 17,0%, passando de R\$304,0 milhões, no exercício de 2015 (11,84% da nossa receita bruta) para R\$252,3 milhões, no exercício de 2016 (15,8% de nossa receita bruta), principalmente devido a: (i) redução de despesas tributárias, vinculadas a revisões os aspectos fiscais das operações de R\$17,5 milhões, (ii) redução de despesas com consultoria de R\$11,5 milhões; (iii) redução de despesas de depreciação e amortização e (iv) redução de despesas com pessoal relativa a revisão dos critérios de remuneração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas gerais e administrativas para os períodos indicados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2016 a 31/12/2016</b>	<b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>
Despesas com pessoal	(103,3)	(116,5)
Despesas com consultorias, assessorias e auditorias	(20,2)	(31,6)
Outros serviços PJs e PFs	(14,7)	(16,7)
Despesa com viagens	(3,4)	(3,1)
Despesas gerais	(10,5)	(9,1)
Despesa com aluguel de escritórios	(8,7)	(10,0)
Despesas de instalações e infra-estrutura	(9,4)	(7,2)
Despesas com tecnologia	(15,8)	(15,0)
Despesas com comunicação	(4,4)	(4,0)
Despesas com material de expediente	(1,0)	(1,5)
Despesas tributárias	(16,6)	(34,0)
Perdas/provisão contas a receber	-	(1,0)
Depreciação e amortização	(44,4)	(54,4)
	<b>(252,4)</b>	<b>(304,1)</b>

### Resultado de Equivalência Patrimonial

Não houve resultado de equivalência patrimonial nos exercícios de 2016 e 2015. A Companhia não possuía participações em coligadas.

### Redução ao valor de recuperação de ativos

As perdas com redução ao valor recuperável de ativos aumentaram R\$114,1 milhões, ou 171,3%, passando de R\$66,6 milhões, no exercício de 2015 (2,59% da nossa receita bruta) para R\$180,7 milhões, no exercício de 2016 (11,4% de nossa receita bruta), devido ao *impairment* do ágio das bandeiras Big Ben e Santana:

### Resultado Operacional

O prejuízo operacional foi aumentado em R\$239,4 milhões, ou 92,4%, passando de R\$259,0 milhões, no exercício de 2015, para R\$498,4 milhões, no exercício de 2016.

É importante ressaltar que a Companhia registrou diversos impactos em seu resultado operacional referentes a *impairment* de ativos e baixa de investimentos e ativos que, apesar de impactarem o resultado registrado no período, não tiveram efeito caixa e, na opinião da Administração não serão recorrentes no rumo dos negócios da Companhia.

### Receitas (Despesas) Financeiras

#### Receitas Financeiras

Nossa receita financeira diminuiu em R\$227,2 milhões, ou 90,2%, passando de R\$251,7 milhões no exercício de 2015, para R\$24,5 milhões, no exercício de 2016, principalmente devido a (i) redução de R\$163,4 milhões em resultados com derivativos, e (ii) redução de R\$77,7 milhões de variações cambiais ativas. Em ambos os casos resultantes de instrumentos financeiros firmados para proteger nossa exposição cambial referente ao endividamento contratado em dólares norte-americanos. É importante

frisar que esses efeitos são meramente contábeis (sem efeito caixa) e oriundos da contabilização dos instrumentos de *hedging* que a Companhia tem para eliminar risco cambial em seus contratos financeiros originados em moeda estrangeira.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento de nossas receitas financeiras para os períodos indicados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2016 a 31/12/2016</b>	<b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>
Receita de juros sobre aplicações financeiras	1,8	1,0
Descontos obtidos	1,0	-
Variações monetárias ativas	6,8	2,1
Variações cambiais ativa	2,8	80,6
Outras receitas financeiras	9,2	1,5
Resultado com derivativo	2,9	166,5
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>24,5</b>	<b>251,7</b>

#### Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras diminuíram em R\$259,7 milhões, ou 61,2%, passando de R\$424,5 milhões, no exercício de 2015, para R\$164,8 milhões, no exercício de 2016, principalmente devido a (i) redução de R\$208,6 milhões em perdas cambiais, refletindo nossa exposição ao dólar norte-americano relacionada ao nosso endividamento denominado nessa moeda; (ii) em menor grau, uma diminuição de R\$58,3 milhões em perdas com derivativos, relativo aos instrumentos de *hedging* que firmados para minimizar a exposição ao dólar norte-americano.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas financeiras para os períodos indicados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2016 a 31/12/2016</b>	<b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(57,0)	(53,3)
Juros, encargos e taxas bancárias	(37,8)	(34,4)
Descontos concedidos	(11,8)	(8,9)
Variações monetárias passivas	(5,2)	(4,7)
Outras despesas financeiras	(43,1)	(46,4)
Resultado com instrumento financeiro derivativo	(3,2)	(61,4)
Variações cambiais passivas	(6,7)	(215,4)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(164,8)</b>	<b>(424,5)</b>

#### Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Pelas razões acima discutidas, nosso prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em R\$207,0 milhões, ou 47,9%, passando de R\$431,8 milhões, no exercício de 2015, para R\$638,8 milhões, no exercício de 2016.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossos créditos de imposto de renda e contribuição social aumentaram em R\$4,8 milhões, ou 14,6%, passando de R\$32,3 milhões no exercício de 2015, para R\$37,1 milhões no exercício de 2016, refletindo o aumento da constituição de créditos.

### Resultado de operações descontinuadas

A Companhia alienou os investimentos nas bandeiras Mais Econômica e Rosário, nos exercícios de 2015 e 2016, respectivamente. O efeito, líquido do resultado das bandeiras nos períodos, foi uma perda de R\$255,0 milhões e R\$32,6 milhões, respectivamente em 2015 e 2016.

### Prejuízo do Período

Pelas razões apresentadas acima, nosso prejuízo líquido para o período diminuiu em R\$20,2 milhões, ou 3,1%, passando de R\$654,5 milhões no exercício de 2015, para R\$634,3 milhões no exercício de 2016.

### **Análise do Balanço Patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016 comparado com o Balanço Patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2015.**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhares)</b>	<b>2016</b>	<b>% A.V.</b>	<b>2015</b>	<b>% A.V.</b>	<b>R\$ Var</b>	<b>% Var</b>
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>219.497</b>	<b>15,05%</b>	<b>817.919</b>	<b>35,05%</b>	<b>(598.422)</b>	<b>-73,16%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	39.791	2,73%	19.811	0,85%	19.980	100,85%
Aplicações financeiras	26.684	1,83%	-	0,00%	26.684	0,00%
Contas a receber	19.312	1,32%	98.013	4,20%	(78.701)	-80,30%
Acordos Comerciais	1.657	0,11%	24.338	1,04%	(22.681)	-93,19%
Estoques	88.871	6,09%	594.161	25,46%	(505.290)	-85,04%
Créditos tributários e previdenciários	18.451	1,27%	11.240	0,48%	7.211	64,15%
Imposto de renda pessoa jurídica	3.892	0,27%	2.683	0,11%	1.209	45,06%
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.271	0,16%	1.150	0,05%	1.121	97,48%
Adiantamento a fornecedores	388	0,03%	1.811	0,08%	(1.423)	-78,58%
Despesas pagas antecipadamente	5.445	0,37%	4.995	0,21%	450	9,01%
Outros ativos CP	12.735	0,87%	29.705	1,27%	(16.970)	-57,13%
Derivativos	-	0,00%	30.012	1,29%	(30.012)	-100,00%
<b>Não circulante</b>	<b>1.238.887</b>	<b>84,95%</b>	<b>1.515.388</b>	<b>64,95%</b>	<b>(276.501)</b>	<b>-18,25%</b>
Tributos diferidos	39.894	2,74%	77.474	3,32%	(37.580)	-48,51%
Despesas pagas antecipadamente	6.537	0,45%	10.418	0,45%	(3.881)	-37,25%
Outros ativos	160.934	11,04%	73.442	3,15%	87.492	119,13%
Créditos tributários e previdenciários	26.482	1,82%	50.155	2,15%	(23.673)	-47,20%
Imposto de renda pessoa jurídica	6.125	0,42%	9.712	0,42%	(3.587)	-36,93%
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.549	0,17%	1.565	0,07%	984	62,88%
Investimentos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imobilizado	99.029	6,79%	150.888	6,47%	(51.859)	-34,37%
Intangível	897.337	61,53%	1.141.734	48,93%	(244.397)	-21,41%
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.458.384</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.333.307</b>	<b>100,00%</b>	<b>(874.923)</b>	<b>-37,50%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.458.384</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.333.307</b>	<b>100,00%</b>	<b>(874.923)</b>	<b>-37,50%</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.031.504</b>	<b>70,73%</b>	<b>1.703.057</b>	<b>72,99%</b>	<b>(671.553)</b>	<b>-39,43%</b>
Obrigações com pessoal e encargos sociais	57.482	3,94%	72.584	3,11%	(15.102)	-20,81%
Fornecedores	271.066	18,59%	539.545	23,12%	(268.479)	-49,76%
Imposto de renda e contribuição social	228	0,02%	662	0,03%	(434)	-65,56%
Outros impostos e contribuições	21.041	1,44%	42.456	1,82%	(21.415)	-50,44%
Empréstimos e financiamentos	131.507	9,02%	523.396	22,43%	(391.889)	-74,87%

Debêntures	495.258	33,96%	349.286	14,97%	145.972	41,79%
Demais contas a pagar	53.772	3,69%	76.557	3,28%	(22.785)	-29,76%
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	0,00%	96.014	4,11%	(96.014)	-100,00%
Repasses a pagar	-	0,00%	107	0,00%	(107)	-100,00%
Receitas diferidas	1.113	0,08%	2.395	0,10%	(1.282)	-53,53%
Provisão para contingências líquidas - CP	-	0,00%	55	0,00%	(55)	-100,00%
Derivativos	37	0,00%	-	0,00%	37	0,00%
<b>Não circulante</b>	<b>122.544</b>	<b>8,40%</b>	<b>85.888</b>	<b>3,68%</b>	<b>36.656</b>	<b>42,68%</b>
Fornecedores –LP	723	0,05%	-	0,00%	723	0,00%
Empréstimos e financiamentos - LP	8.373	0,57%	18.463	0,79%	(10.090)	-54,65%
Debêntures	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Demais contas a pagar	8.023	0,55%	8	0,00%	8.015	100187,50%
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outros impostos e contribuições	50.761	3,48%	50.608	2,17%	153	0,30%
Receitas diferidas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Provisão para contingências líquidas – LP	54.664	3,75%	16.809	0,72%	37.855	225,21%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>304.336</b>	<b>20,87%</b>	<b>544.362</b>	<b>23,33%</b>	<b>(240.026)</b>	<b>-44,09%</b>
Capital social	2.186.972	149,96%	1.792.657	76,83%	394.315	22,00%
Reservas de capital	(28.827)	-1,98%	167.970	7,20%	(196.797)	-117,16%
Reservas de lucro	-	0,00%	273	0,01%	(273)	-100,00%
Lucros (Prejuízos) acumulados	(1.853.809)	-127,11%	(1.416.538)	-60,71%	(437.271)	30,87%

### Ativo Circulante

No exercício de 2016, o ativo circulante diminuiu em R\$598,4 milhões, passando de R\$817,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$219,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação de 73,1%. O ativo circulante representava 35,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2015 e, em 31 de dezembro de 2016, passou a representar 15,1%. Tal resultado se deu, principalmente pelas variações das seguintes contas descritas abaixo:

- (i) redução de R\$505,2 milhões nos estoques, que passou de R\$594,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$88,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 85,0%. Tal variação ocorreu pela alienação da bandeira Rosário e pelas restrições comerciais em relação ao abastecimento.
- (ii) redução de R\$78,7 milhões nas contas a receber, que passou de R\$98,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$19,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 80,3%. A variação ocorreu em função da alienação da bandeira Rosário e redução das vendas.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante reduziu em R\$276,5 milhões, passando de R\$1.515,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.238,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 18,2%. O ativo não circulante representava 64,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2015 e, em 31 de dezembro de 2016, passou a representar 84,9%. Tal resultado ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo:

- (i) redução de R\$37,6 milhões, ou 48,5%, de tributos diferidos que passaram de R\$77,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$39,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, da alienação da bandeira Rosário.

(ii) redução de R\$23,6 milhões, ou 47,2%, de créditos tributários que passaram de R\$50,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$26,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de compensação dos respectivos créditos tributários no período.

(iii) redução de R\$51,8 milhões, ou 34,4%, no saldo da conta do imobilizado que passou de R\$150,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$99,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Tal redução ocorreu em decorrência preponderantemente da alienação da controlada Rosário e das depreciações dos ativos no período.

(iv) redução de R\$244,4 milhões, ou 21,4% no saldo dos ativos intangíveis que passaram de R\$1.141,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$897,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 em função da baixa de intangíveis decorrentes do *impairment* das bandeiras Big Ben e Santana, alienação da Rosário e amortização dos ativos no período.

#### Passivo Circulante

O passivo circulante diminuiu em R\$671,5 milhões, ou 39,4%, passando de R\$1.703,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.031,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. O passivo circulante representava 73,0% em 31 de dezembro de 2015, passando, em 31 de dezembro de 2016, a representar 70,7% do passivo total. Tal resultado ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo:

(i) redução de 74,8% no saldo dos empréstimos, que passou de R\$523,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$131,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 em função das liquidações de posições de empréstimos no período.

(ii) redução de 96,0 milhões, ou 100% no saldo de contas a pagar por aquisição de investimento, que foi totalmente liquidada no exercício de 2016.

(iii) redução de 49,7% no saldo de fornecedores, que passou de R\$539,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$271,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente da alienação da operação da Rosário e redução do nível de compras e consequentes saldo em aberto no período.

#### Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou em R\$36,6 milhões, ou 42,6%, passando de R\$85,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$122,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. O passivo não circulante representava 3,7% do total do passivo em 31 de dezembro de 2015 e 8,4% em 31 de dezembro de 2016. A variação do passivo não circulante ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de R\$37,8 milhões, ou 225,2%, nas provisões para demandas judiciais, que passaram de R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$54,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da atualização periódica das estimativas de perdas, principalmente, de natureza trabalhista.

(ii) aumento de R\$8,0 milhões, ou 100,0%, no saldo de demais contas a pagar decorrente de reconhecimento de obrigações com serviços contratados.

(iii) diminuição de 10,1 milhões, ou 54,7%, nos empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$ 18,5 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 8,4 em dezembro de 2016, em decorrência da alienação da Rosário e pagamentos do período.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido sofreu redução de R\$240,0 milhões, ou 44,1%, passando de R\$544,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$304,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Tal variação no nosso patrimônio líquido é decorrente, principalmente, do prejuízo de R\$634,3 milhões, efeito esse reduzido pelo aumento de capital de R\$400 milhões realizados no exercício de 2016 através da Oferta Restrita.

#### Período de 31 de dezembro de 2015, em comparação ao Período de 31 de dezembro de 2014

A tabela a seguir apresenta certas informações sobre nossos resultados operacionais consolidados no período de um ano de 2015 e 2014.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2015	% A.V.	2014	% A.V.	Variação	Variação %
Receita bruta de vendas	3.631.765	100,00%	3.826.272	100,00%	(194.507)	-5,08%
Deduções da receita bruta	(244.296)	-6,73%	(285.582)	-7,46%	41.286	-14,46%
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>3.387.469</b>	<b>93,27%</b>	<b>3.540.690</b>	<b>92,54%</b>	<b>(153.221)</b>	<b>-4,33%</b>
Custo das vendas	(2.469.080)	-67,99%	(2.723.159)	-71,17%	254.079	-9,33%
<b>Lucro bruto</b>	<b>918.389</b>	<b>25,29%</b>	<b>817.531</b>	<b>21,37%</b>	<b>100.858</b>	<b>12,34%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>(1.425.679)</b>	<b>-39,26%</b>	<b>(1.343.525)</b>	<b>-35,11%</b>	<b>(82.154)</b>	<b>6,11%</b>
Despesa com vendas	(737.060)	-20,29%	(892.138)	-23,32%	155.078	-17,38%
Despesas gerais e administrativas	(381.056)	-10,49%	(362.394)	-9,47%	(18.662)	5,15%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(82.907)	-2,28%	(76.740)	-2,01%	(6.167)	8,04%
Redução ao valor de recuperação de ativos	(66.618)	-1,83%	(4.655)	-0,12%	(61.963)	1331,11%
Perda com alienação de investimentos	(158.038)	-4,35%	-	0,00%	(158.038)	0,00%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,00%	(7.598)	-0,20%	7.598	-100,00%
<b>Lucro (Prejuízo) oper. antes do resul financeiro</b>	<b>(507.290)</b>	<b>-13,97%</b>	<b>(525.994)</b>	<b>-13,75%</b>	<b>18.704</b>	<b>-3,56%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(193.881)</b>	<b>-5,34%</b>	<b>(128.649)</b>	<b>-3,36%</b>	<b>(65.232)</b>	<b>50,71%</b>
Receitas financeiras	255.073	7,02%	55.221	1,44%	199.852	361,91%
Despesas financeiras	(448.954)	-12,36%	(183.870)	-4,81%	(265.084)	144,17%

<b>Prejuízo antes do imp. de renda e da contrib. social</b>	<b>(701.171)</b>	<b>-19,31%</b>	<b>(654.643)</b>	<b>-17,11%</b>	<b>(46.528)</b>	<b>7,11%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>46.626</b>	<b>1,28%</b>	<b>41.401</b>	<b>1,08%</b>	<b>5.225</b>	<b>12,62%</b>
Corrente	(4.717)	-0,13%	(1.388)	-0,04%	(3.329)	239,84%
Diferido	51.343	1,41%	42.789	1,12%	8.554	19,99%
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(654.545)</b>	<b>-18,02%</b>	<b>(613.242)</b>	<b>-16,03%</b>	<b>(41.303)</b>	<b>6,74%</b>

### Receita Bruta

Nossa receita bruta diminuiu em R\$194,5 milhões, ou 5,1%, quando comparado o exercício de 2015 com 2014, passando de R\$3.826,3 milhões no exercício de 2014, dos quais R\$3.809,7 milhões ou 99,6%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$16,6 milhões, ou 0,4%, ao nosso segmento de serviços, para R\$3.631,8 milhões no exercício de 2015, dos quais R\$3.614,5 milhões, ou 99,5%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$17,3 milhões, ou 0,5 %, ao nosso segmento de serviços.

A tabela abaixo apresenta a divisão da nossa receita bruta para os períodos indicados.

	Período de nove meses findo em 31 de dezembro de				
	2015		2014		A.H.
	R\$ milhões	% do Total	R\$ milhões	% do Total	2015x2014
<b>Medicamentos</b>					
Marca <sup>(1)</sup>	1.747,3	48,1%	1.832,8	47,9%	2,4%
Genéricos	.443,9	12,2%	532,7	14,0%	(3,6%)
<b>Produtos não-farmacêuticos</b>	<b>1.423,4</b>	<b>39,2%</b>	<b>1.441,3</b>	<b>37,7%</b>	<b>(6,4%)</b>
<b>Taxas e serviços de franquias<sup>(2)</sup></b>	<b>17,2</b>	<b>0,5%</b>	<b>16,6</b>	<b>0,4%</b>	<b>12,1%</b>
<b>Total</b>	<b>3.631,8</b>	<b>100%</b>	<b>3.826,3</b>	<b>100%</b>	<b>(3,0%)</b>

(1) Os produtos farmacêuticos de marca corresponderam a 77,4% e 79,7% de nossa receita bruta total de medicamentos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 e 2015, respectivamente.

(2) Inclui receita de royalties de franquias e venda de nossos produtos em nossas lojas próprias, usadas como modelo para treinamento e visitação de nossos franqueados.

A diminuição da nossa receita bruta no exercício 2015 em comparação com o exercício de 2014 deveu-se principalmente a (i) uma diminuição do número total de nossas lojas, de 723 lojas próprias e 486 lojas franqueadas em 2014, a 532 lojas próprias e 457 lojas franqueadas ao final de 2015 além da alienação da operação da Mais Econômica que levou a redução da quantidade de lojas, refletindo uma mudança em nossa estratégia de negócios focada na geração de lucro e eficiência operacional, em vez de expansão, (ii) uma redução de 2,85% em vendas nas mesmas lojas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, em relação ao mesmo período em 2014, com uma redução de 3,99% considerando apenas lojas maduras, em parte devido ao fraco desempenho da nossa bandeira Mais Econômica, que registrou uma diminuição na receita de vendas no período de dez meses findo em 30 de outubro de 2015, último mês que foi consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia, em

relação ao mesmo período em 2014 e (iii) a diminuição das atividades promocionais executadas durante quase a totalidade do ano de 2014 para otimizar o perfil dos estoques da Companhia.

Quando olhamos essa evolução negativa na receita em conjunto com a evolução da margem bruta, é possível observar que a Companhia registrou patamar superior de lucro bruto apesar das vendas menores, sinalizando grande eficiência na rentabilização das vendas realizadas.

#### Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta diminuíram em R\$41,3 milhões, ou 14,5%, passando de R\$ 285,6 milhões no exercício de 2014 (7,5% da nossa receita bruta) para R\$244,3 milhões no exercício de 2015 (6,7% da nossa receita bruta), principalmente devido a (i) uma redução de R\$32,6 milhões, ou 13,0%, em deduções fiscais de R\$250,9 milhões no exercício de 2014, para R\$218,3 milhões, no exercício de 2015, como resultado da diminuição da nossa receita ao longo do período, juntamente com alterações em alguns dos regimes tributários aos quais estamos sujeitos nas diferentes regiões em que atuamos e (ii) em menor grau, uma redução de R\$8,7 milhões, ou 25,0%, como resultado de um menor volume de devoluções, de R\$34,6 milhões no exercício de 2014, para R\$26,0 milhões, no exercício de 2015.

#### Receita Líquida de Vendas

Pelas razões apresentadas acima, nossa receita líquida de vendas diminuiu em R\$153,2 milhões, ou 4,3%, passando de R\$3.540,7 milhões no exercício de 2014, dos quais R\$3.525,0 milhões, ou 99,6%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$15,7 milhões, ou 0,4%, ao nosso segmento de serviços, para R\$3.387,5 milhões, no exercício de 2015, dos quais R\$3.371,1 milhões, ou 99,5%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$16,4 milhões, ou 0,5%, ao nosso segmento de serviços. Nossa receita líquida de vendas no exercício de 2014 representou 92,5% da nossa receita bruta, em comparação com 93,3% de nossa receita bruta, no exercício de 2015.

#### Custo de Vendas

Nosso custo de vendas diminuiu R\$254,1 milhões, ou 9,3%, passando de R\$2.723,2 milhões no exercício de 2014 (71,2% da nossa receita bruta) para R\$2.469,1 milhões, no exercício de 2015 (68,0% de nossa receita bruta). Esta diminuição no nosso custo de vendas foi principalmente resultante de (i) determinadas eficiências operacionais na sequência da migração de nosso departamento de vendas de Brasília para São Paulo em 2014, incluindo (a) melhorias em nossa política de compras, agora baseada em informações obtidas diretamente de nossas lojas, (b) a implementação e amadurecimento de novos sistemas de compras e vendas que foram introduzidos em 2013 e 2014, (c) uma diminuição acentuada nos níveis de perdas, como resultado de melhores controles sobre produtos fora do prazo de validade, juntamente com uma melhor repartição do excesso de estoque entre lojas e redes, e (d) em menor grau,

um aumento de R\$45,1 milhões, ou 105,0%, nos ganhos provenientes de incentivos oferecidos por nossos fornecedores, de R\$42,9 milhões (1,1% da nossa receita bruta), no exercício de 2014, para R\$88,0 milhões (2,4% da nossa receita bruta), no exercício de 2015.

No exercício de 2014, R\$2.719,1 milhões, ou 99,9%, do nosso custo de vendas foi atribuído ao nosso segmento de varejo e R\$4,1 milhões, ou 0,1%, ao nosso segmento de serviços, enquanto que no exercício de 2015, R\$2.467,1 milhões, ou 99,9%, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$2,0 milhões, ou 0,1%, ao nosso segmento de serviços.

### Lucro Bruto

Pelas razões apresentadas acima, nosso lucro bruto aumentou em R\$100,9 milhões, ou 12,3%, passando de R\$817,5 milhões no exercício de 2014 (21,4% da nossa receita bruta) para R\$918,4 milhões, no exercício de 2015 (25,3% da nossa receita bruta).

No exercício de 2014, R\$ 805,8 milhões, ou 98,6%, de nosso lucro bruto foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$11,7 milhões, ou 1,4%, ao nosso segmento de serviços, enquanto que no exercício de 2015, R\$904,0 milhões, ou 98,4%, do nosso lucro bruto, foram atribuídos ao nosso segmento de varejo e R\$14,4 milhões, ou 1,6%, ao nosso segmento de serviços.

### Receitas (Despesas) Operacionais

#### Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas diminuíram em R\$ 155,0 milhões, ou 17,4%, passando de R\$892,1 milhões no exercício de 2014 (23,3% da nossa receita bruta) para R\$737,1 milhões, no exercício de 2015 (20,3% de nossa receita bruta), principalmente devido à diminuição da despesa com pessoal em nossas lojas e centros de distribuição, de R\$584,2 milhões no exercício de 2014, para R\$458,3 milhões, no exercício de 2015, refletindo o impacto das nossas iniciativas de redução de cargos efetivos colocada em prática durante o segundo semestre de 2014, em favor de uma estrutura operacional enxuta, uma diminuição de R\$11,3 milhões, ou 8,8%, nas despesas de aluguéis de lojas, resultando em uma despesa de R\$117,4 milhões no exercício de 2015, em comparação com R\$128,7 milhões, para o exercício de 2014.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas com vendas para os períodos indicados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>	<b>01/01/2014 a 31/12/2014</b>
<i>(em milhões de R\$)</i>		
Despesas com pessoal de vendas	(458,3)	(584,2)
Despesas com propaganda e marketing	(28,2)	(13,9)

Despesa com aluguel de lojas	(117,4)	(128,7)
Despesa com tecnologia e comunicação	(19,1)	(19,8)
Gastos com manutenção das lojas	(43,0)	(54,6)
Outras despesas com vendas	(71,1)	(90,9)
	<b>(737,1)</b>	<b>(892,1)</b>

### Despesas Gerais e Administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$18,7 milhões, ou 5,2%, passando de R\$362,4 milhões, no exercício de 2014 (9,5% da nossa receita bruta) para R\$381,1 milhões, no exercício de 2015 (10,5% de nossa receita bruta), principalmente devido a: (i) um aumento de R\$18,2 milhões, ou 14,1%, em nossas despesas com pessoal vinculadas à índices de inflação, de R\$129,3 milhões no exercício de 2014, para R\$147,5 milhões, no exercício de 2015, (ii) um aumento de R\$14,1 milhões, ou 80,6%, nas despesas com serviços terceirizados devido à serviços de consultoria, de R\$17,5 milhões, no exercício de 2014, para R\$31,6 milhões, no exercício de 2015.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas gerais e administrativas para os períodos indicados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2015 a</b>	<b>01/01/2014 a</b>
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<i>(em milhões de R\$)</i>		
Despesas com pessoal	(147,5)	(129,3)
Despesas com serviços terceirizados	(31,6)	(17,5)
Outros serviços PJs e PFs	(20,1)	(16,3)
Despesa com viagens	(4,8)	(8,6)
Despesas gerais	(14,2)	(17,6)
Despesa com aluguel de escritórios	(12,3)	(10,1)
Despesas de instalações e infraestrutura	(11,3)	(5,8)
Despesas com tecnologia	(18,7)	(21,2)
Despesas com comunicação	(5,5)	(4,4)
Despesas com material de expediente	(2,1)	(4,2)
Despesas impostos, taxas e contribuições	(23,7)	(21,0)
Participação de funcionários e administradores	(11,1)	(12,4)
Despesa com plano de opção de ações	-	(4,3)
Depreciação e amortização	(78,2)	(89,7)
	<b>(381,1)</b>	<b>(362,4)</b>

### Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial no exercício de 2014 foi de R\$7,6 milhões, refletindo nossa participação proporcional nos prejuízos da Beauty'in. No exercício de 2015 não houve resultado de equivalência patrimonial em decorrência da perda do valor recuperável do investimento no exercício de 2014.

### Redução ao valor de recuperação de ativos

Nossas perdas pela redução ao valor de recuperação de ativos aumentaram em R\$61,9 milhões, passando de R\$4,7 milhões, no exercício de 2014, para R\$66,6 milhões, no exercício de 2015, principalmente devido ao *impairment* do ágio de uma das bandeiras da Companhia.

### Resultado Operacional

O prejuízo operacional foi diminuído em R\$18,7 milhões, ou 3,56%, passando de R\$526,0 milhões, no exercício de 2014, para R\$507,3 milhões, no exercício de 2015.

É importante ressaltar que a Companhia registrou diversos impactos em seu resultado operacional referentes a *impairment* de ativos e baixa de investimentos e ativos que, apesar de impactarem o resultado registrado no período, não tiveram efeito caixa e, na opinião da Administração não serão recorrentes no rumo dos negócios da Companhia.

### Receitas (Despesas) Financeiras

#### Receitas Financeiras

Nossa receita financeira aumentou em R\$199,9 milhões, ou 361,9%, passando de R\$55,2 milhões no exercício de 2014, para R\$255,1 milhões, no exercício de 2015, principalmente devido a (i) um aumento de R\$69,4 milhões em variações cambiais, de R\$11,3 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para R\$80,7 milhões, no período de nove meses findo em 31 de dezembro 2015, e (ii) um aumento de R\$139,3 milhões em ganhos com instrumentos derivativos, de R\$28,4 milhões, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para R\$167,7 milhões, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, em ambos os casos resultantes de instrumentos financeiros firmados para proteger nossa exposição cambial referente ao endividamento contratado em dólares norte-americanos (R\$353,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, em comparação a R\$128,3 milhões em 31 de dezembro de 2015), considerando-se a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano no período mencionado. É importante frisar que esses efeitos são meramente contábeis (sem efeito caixa) e oriundos da contabilização dos instrumentos de *hedging* que a Companhia tem para eliminar risco cambial em seus contratos financeiros originados em moeda estrangeira.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento de nossas receitas financeiras para os períodos indicados:

<i>(em milhões de R\$)</i>	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2015 a</b>	<b>01/01/2014 a</b>
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Receita de juros sobre aplicações financeiras	0,8	6,5
Receita de juros sobre empréstimos	0,1	1,5
Descontos obtidos	1,8	3,8
Variações monetárias ativas	2,4	4,1
Variações cambiais ativa	80,7	11,3
Outras receitas financeiras	1,6	(0,4)
Resultado com derivativo	167,7	28,4
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>255,1</b>	<b>55,2</b>

### Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras aumentaram em R\$265,1 milhões, ou 144,2%, passando de R\$183,9 milhões, no exercício de 2014, para R\$449,0 milhões, no exercício de 2015, principalmente devido a (i) um aumento de R\$161,2 milhões em perdas cambiais, de R\$55,7 milhões, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para R\$216,9 milhões, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, refletindo nossa exposição ao dólar norte-americano relacionada ao nosso endividamento denominado nessa moeda (R\$353,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, em comparação a R\$128,3 milhões em 31 de dezembro de 2015), considerando-se a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano no período; (ii) em menor grau, um aumento de R\$59,6 milhões em perdas com derivativos, de R\$1,9 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para R\$61,5 milhões, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, relativo aos instrumentos de *hedging* que firmados para minimizar a exposição ao dólar norte-americano; e (iii) o aumento no endividamento da Companhia, que passou de R\$751,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$987,2 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento das nossas despesas financeiras para os períodos indicados:

<i>(em milhares de R\$)</i>	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2015 a</b>	<b>01/01/2014 a</b>
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(65,9)	(69,1)
Juros, encargos e taxas bancárias	(38,5)	(23,6)
Descontos concedidos	(14,0)	(5,6)
Variações monetárias passivas	(4,8)	(10,5)
Outras despesas financeiras	(47,4)	(17,5)
Resultado com instrumento financeiro derivativo	(61,5)	(1,9)
Variações cambiais passivas	(216,9)	(55,7)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(449,0)</b>	<b>(183,9)</b>

#### Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Pelas razões acima discutidas, nosso prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em R\$46,5 milhões, ou 7,1%, passando de R\$654,6 milhões, no exercício de 2014, para R\$701,2 milhões, no exercício de 2015.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossos créditos de imposto de renda e contribuição social aumentaram em R\$5,2 milhões, ou 12,6%, passando de R\$41,4 milhões no exercício de 2014, para R\$46,6 milhões no exercício de 2015, refletindo um aumento correspondente em nossos prejuízos entre esses períodos.

#### Prejuízo do Período

Pelas razões apresentadas acima, nosso prejuízo líquido para o período aumentou em R\$41,3 milhões, ou 6,74%, passando de R\$613,2 milhões no exercício de 2014, para R\$654,5 milhões no exercício de 2015.

---

**Análise do Balanço Patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015  
comparado com o Balanço Patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2014.**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$ milhares)</b>	<b>2015</b>	<b>% A.V.</b>	<b>2014</b>	<b>% A.V.</b>	<b>R\$ Var</b>	<b>% Var</b>
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>817.919</b>	<b>35,05%</b>	<b>886.369</b>	<b>33,99%</b>	<b>(68.450)</b>	<b>-7,72%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	19.811	0,85%	36.065	1,38%	(16.254)	-45,07%
Contas a receber	98.013	4,20%	110.275	4,23%	(12.262)	-11,12%
Acordos Comerciais	24.338	1,04%	-	0,00%	24.338	0,00%
Estoques	594.161	25,46%	648.990	24,89%	(54.829)	-8,45%
Créditos tributários e previdenciários	11.240	0,48%	14.461	0,55%	(3.221)	-22,27%
Imposto de renda pessoa jurídica	2.683	0,11%	13.765	0,53%	(11.082)	-80,51%
Contribuição social sobre o lucro líquido	1.150	0,05%	7.262	0,28%	(6.112)	-84,16%
Adiantamento a fornecedores	1.811	0,08%	5.265	0,20%	(3.454)	-65,60%
Despesas pagas antecipadamente	4.995	0,21%	4.739	0,18%	256	5,40%
Outros créditos	29.705	1,27%	15.344	0,59%	14.361	93,59%
Derivativos	30.012	1,29%	30.203	1,16%	(191)	-0,63%
<b>Não Circulante</b>	<b>1.515.388</b>	<b>64,95%</b>	<b>1.721.144</b>	<b>66,01%</b>	<b>(205.756)</b>	<b>-11,95%</b>
Tributos diferidos	77.474	3,32%	76.427	2,93%	1.047	1,37%
Despesas pagas antecipadamente	10.418	0,45%	14.803	0,57%	(4.385)	-29,62%
Outros ativos	73.442	3,15%	49.458	1,90%	23.984	48,49%
Créditos tributários e previdenciários	50.155	2,15%	39.684	1,52%	10.471	26,39%
Imposto de renda pessoa jurídica	9.712	0,42%	-	0,00%	9.712	0,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido	1.565	0,07%	-	0,00%	1.565	0,00%
Imobilizado	150.888	6,47%	199.138	7,64%	(48.250)	-24,23%
Intangível	1.141.734	48,93%	1.341.634	51,45%	(199.900)	-14,90%
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.333.307</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.607.513</b>	<b>100,00%</b>	<b>(274.206)</b>	<b>-10,52%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.333.307</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.607.513</b>	<b>100,00%</b>	<b>(274.206)</b>	<b>-10,52%</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.703.057</b>	<b>72,99%</b>	<b>1.190.221</b>	<b>45,65%</b>	<b>512.836</b>	<b>43,09%</b>
Obrigações com pessoal e encargos sociais	72.584	3,11%	81.072	3,11%	(8.488)	-10,47%
Fornecedores	539.545	23,12%	419.989	16,11%	119.556	28,47%
Imposto de renda e contribuição social	662	0,03%	622	0,02%	40	6,43%
Outros impostos e contribuições	42.456	1,82%	33.487	1,28%	8.969	26,78%
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	426.623	18,28%	220.099	8,44%	206.524	93,83%
Empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	96.773	4,15%	300.354	11,52%	(203.581)	-67,78%
Debêntures	349.286	14,97%	30.073	1,15%	319.213	1061,46%
Demais contas a pagar	76.557	3,28%	54.402	2,09%	22.155	40,72%
Contas a pagar por aquisição de investimento	96.014	4,11%	45.734	1,75%	50.280	109,94%
Repasse a pagar	107	0,00%	136	0,01%	(29)	-21,32%
Receitas diferidas	2.395	0,10%	3.896	0,15%	(1.501)	-38,53%
Provisões para demandas judiciais	55	0,00%	357	0,01%	(302)	-84,59%
<b>Não circulante</b>	<b>85.888</b>	<b>3,68%</b>	<b>218.385</b>	<b>8,38%</b>	<b>(132.497)</b>	<b>-60,67%</b>
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	18.463	0,79%	52.706	2,02%	(34.243)	-64,97%
Empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	-	0,00%	51.883	1,99%	(51.883)	-100,00%
Demais contas a pagar	8	0,00%	12	0,00%	(4)	-33,33%
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	0,00%	50.227	1,93%	(50.227)	-100,00%
Outros impostos e contribuições	50.608	2,17%	40.102	1,54%	10.506	26,20%
Receitas diferidas	-	0,00%	36	0,00%	(36)	-100,00%
Provisão para demandas judiciais	16.809	0,72%	23.419	0,90%	(6.610)	-28,22%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>544.362</b>	<b>23,33%</b>	<b>1.198.907</b>	<b>45,98%</b>	<b>(654.545)</b>	<b>-54,60%</b>
Capital social	1.792.657	76,83%	1.792.657	68,75%	-	0,00%
Reservas de capital	167.970	7,20%	167.970	6,44%	-	0,00%

Reservas de lucro	273	0,01%	273	0,01%	-	0,00%
Lucros (Prejuízos) acumulados	(1.416.538)	-60,71%	(761.993)	-29,22%	(654.545)	85,90%

### Ativo Circulante

No exercício de 2015, o ativo circulante diminuiu em R\$68,5 milhões, passando de R\$886,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$817,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação de 7,7%. O ativo circulante representava 34,0% do total do ativo em 31 de dezembro de 2014 e, em 31 de dezembro de 2015, passou a representar 35,1%. Tal resultado se deu, principalmente pelas variações das seguintes contas descritas abaixo:

(i) redução de R\$16,3 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$36,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação negativa de 45,2%. Tal redução ocorreu, principalmente, em função dos resultados operacionais negativos apresentados e dos valores investidos principalmente na implementação de sistemas e no pagamento de parcelas das aquisições realizadas em períodos anteriores;

(ii) redução de R\$54,8 milhões nos estoques, que passou de R\$649,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$594,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação negativa de 8,4%. Tal variação ocorreu principalmente em função da alienação da controlada Mais Econômica.

(iii) aumento de R\$14,4 milhões em outros créditos, que passou de R\$15,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$29,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação positiva de 94,1%. Tal variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento do contas a receber decorrente da alienação da controlada Mais Econômica.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante reduziu em R\$205,7 milhões, passando de R\$1.721,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.515,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação negativa de 12,0%. O ativo não circulante representava 66,0% do total do ativo em 31 de dezembro de 2014 e, em 31 de dezembro de 2015, passou a representar 65,0%. Tal resultado ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo:

(i) aumento de R\$23,9 milhões, ou 48,3%, de outros ativos que passou de R\$49,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$73,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função de reconhecimento do contas a receber decorrente da alienação da controlada Mais Econômica.

(ii) redução de R\$48,2 milhões, ou 24,2%, no saldo da conta do imobilizado que passou de R\$199,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$150,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Tal redução

ocorreu em decorrência preponderantemente da alienação da controlada Mais Econômica e das depreciações dos ativos no período.

(iii) redução de R\$199,9 milhões, ou -14,9% no saldo dos ativos intangíveis que passaram de R\$1.341,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.141,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 em função da baixa de R\$95,5 milhões de ágio por rentabilidade futura e outros intangíveis decorrentes da alienação da controlada Mais Econômica e R\$ 66,6 milhões de perda por valor recuperável do ágio da Santana, além das amortização dos ativos no período.

#### Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou em R\$512,9 milhões, ou 43,1%, passando de R\$1.190,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.703,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. O passivo circulante representava 45,7% em 31 de dezembro de 2014, passando, em 31 de dezembro de 2015, a representar 73,0% do passivo circulante. Tal resultado ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo:

(i) aumento de 1.060,5% no saldo das debêntures, que passou de R\$30,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$349,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 em decorrência do aditamento da escritura de debêntures da 3ª emissão para estender o seu prazo de vencimento; e

(ii) aumento de 110,1% no saldo de contas a pagar por aquisição de investimento, que passou de R\$45,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$96,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 pela reclassificação das obrigações do passivo não circulante para o passivo circulante.

(iii) aumento de 28,5% no saldo de fornecedores, que passou de R\$420,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$539,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, decorrente da alienação da controlada Mais Econômica.

#### Passivo Não Circulante

O passivo não circulante foi reduzido em R\$132,5 milhões, ou 60,7%, passando de R\$218,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$85,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. O passivo não circulante representava 8,4% do total do passivo em 31 de dezembro de 2014 e 3,7% em 31 de dezembro de 2015. A variação do passivo não circulante ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de R\$86,1 milhões, ou 82,3%, no saldo dos empréstimos e financiamentos, que passou de R\$ 104,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$18,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da reclassificação de empréstimos para o passivo circulante.

(ii) redução de R\$50,2 milhões, ou 100,0%, no saldo das contas a pagar por aquisição de

investimentos, em 31 de dezembro de 2015. Tal variação é decorrente da reclassificação das obrigações para o passivo circulante.

### ***Patrimônio Líquido***

O patrimônio líquido sofreu redução de R\$ 654,5 milhões, ou 54,6%, passando de R\$1.198,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 544,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Tal variação no nosso patrimônio líquido é decorrente do aumento de R\$654,5 milhões no saldo de prejuízos acumulados, que passou de R\$762,0 milhões negativos em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.416,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2015.

### Fluxos de caixa

#### **Fluxo de caixa consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

A tabela abaixo mostra um resumo dos nossos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>			
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Variação</b>	
	<i>(em milhões de R\$)</i>		<i>(%)</i>	
Fluxos de caixa líquidos utilizados nas atividades operacionais	(330,2)	25,2	(355,4)	-1410,32%
Fluxos de caixa líquidos utilizados em atividades de investimento	28,3	(46,7)	75,0	-160,60%
Fluxos de caixa líquidos gerados por atividades de financiamento	265,6	41,4	224,2	541,06%
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(36,3)</b>	<b>19,9</b>	<b>(56,2)</b>	<b>-283,42%</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3,4	39,7	(36,3)	-91,44%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39,7	19,8	19,9	100,51%

### Atividades Operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais aumentou em R\$355,4 milhões, ou 1.410,3%, passando de R\$25,2 milhões gerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para R\$330,2 milhões consumidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao prejuízo operacional do exercício bem como a redução no capital de giro.

### Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento diminuiu em R\$75,0 milhões, ou 160,6%, passando de R\$46,7 milhões consumidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para R\$28,3 milhões gerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao pagamento de contas a pagar por aquisição de controlada em 2016.

### Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento aumentou em R\$224,2 milhões, ou 541,06%, passando de R\$41,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para R\$265,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao movimento da Companhia no intuito de alongar as dívidas para longo prazo.

### Fluxo de caixa consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

A tabela abaixo mostra um resumo dos nossos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação (%)
	2016	2015		
	<i>(em milhões de R\$)</i>			
Fluxos de caixa líquidos utilizados nas atividades operacionais	25,2	39,3	(14,1)	-35,88%
Fluxos de caixa líquidos utilizados em atividades de investimento	(46,7)	(222,3)	175,6	-78,99%
Fluxos de caixa líquidos gerados por atividades de financiamento	41,4	166,7	(125,2)	-75,15%
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>19,9</b>	<b>(16,3)</b>	<b>36,2</b>	<b>-221,34%</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	39,7	19,8	19,9	100,51%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19,8	36,1	(16,3)	-45,15%

#### Atividades Operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais aumentou em R\$14,1 milhões, ou 35,9%, passando de R\$39,3 milhões gerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para R\$25,2 milhões gerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o efeito no fluxo de caixa operacional contempla a realização dos investimentos realizados no período com a venda da operação da bandeira Rosário e respectivos efeitos no capital de giro e resultado no período.

#### Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento diminuiu em R\$175,6 milhões, ou 79,0%, passando de R\$222,3 milhões consumidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para R\$46,7 milhões consumidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido à realização dos valores relativos as aquisições, alienações das controladas e instrumentos financeiros.

#### Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento diminuiu em R\$125,2 milhões, ou 75,2%, passando de R\$166,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para R\$31,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido a (i) aumento no capital oriundo de novos empréstimos e financiamentos de R\$138,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para uma aquisição de R\$770,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, refletindo um diminuição correspondente de nossos endividamentos do período; (ii) um impacto positivo de caixa de um aumento de capital de R\$394,3 milhões, do nosso principal acionista à época, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sem nenhum evento correspondente no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e (iii) emissão de debêntures de R\$528 milhões no exercício de 2016, esses efeitos compensados pela liquidação de empréstimos e debêntures no decorrer do exercício de 2016 no montante de R\$942,7 milhões.

### Fluxo de caixa consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

A tabela abaixo mostra um resumo dos nossos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de

dezembro de 2015 e 2014.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2015	2014	Variação	
	<i>(em milhões de R\$)</i>		<i>(%)</i>	
Fluxos de caixa líquidos utilizados nas atividades operacionais	39,3	(431,1)	470,4	-109,12%
Fluxos de caixa líquidos utilizados em atividades de investimento	(222,3)	(153,0)	(69,3)	45,29%
Fluxos de caixa líquidos gerados por atividades de financiamento	166,7	214,3	(47,6)	-22,21%
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(16,3)</b>	<b>(369,8)</b>	<b>353,5</b>	<b>-95,59%</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19,8	36,1	(16,3)	-45,15%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	36,1	405,9	(369,8)	-91,11%

#### Atividades Operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais diminuiu em R\$470,4 milhões, ou 109,1%, passando de R\$431,1 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para R\$39,3 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, principalmente devido a melhora dos resultados operacionais da Companhia, puxada principalmente pelo incremento da margem bruta (rentabilização das vendas realizadas) e redução do quadro de despesas (principalmente despesas com pessoal, devido à redução do quadro de colaboradores de lojas e centros de distribuição), como já mencionado nas explanações a respeito das demonstrações de resultado. Apesar do prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ter aumentado no ano de 2015, está linha foi fortemente impactada pelo *impairment* de ágio de aquisições anteriores e baixa de outros ativos, conforme também explicado na mesma seção. Esses efeitos não tem efeito caixa e, se excluídos, mostram uma melhora significativa dos resultados apresentados, ilustrando melhor a realidade da Brasil Pharma e o reflexo em seu fluxo de caixa.

#### Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento aumentou em R\$69,3 milhões, ou 45,3%, passando de R\$153,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para R\$222,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, principalmente devido a redução das saídas de caixa relacionadas à aquisição de ativos intangíveis (parcelas diferidas das aquisições realizadas em anos anteriores).

#### Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento diminuiu em R\$47,6 milhões, ou 22,1%, passando de R\$214,3 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para R\$166,7 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, principalmente devido a (i) uma redução significativa no capital oriundo de novos empréstimos e financiamentos de R\$333,9 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, para um consumo de R\$254,4 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, refletindo a diminuição correspondente de nossos endividamentos do período, e (ii) um impacto positivo de caixa de um aumento de capital de R\$400,3 milhões, do nosso principal acionista à época, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, sem nenhum evento correspondente no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015. Tais atividades foram parcialmente compensadas por entradas de caixa de R\$285,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, relacionadas à nossa

emissão de debêntures não garantidas e não conversíveis durante esse período, em comparação com saídas de caixa de R\$519,8 milhões no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2014, relacionadas ao vencimento antecipado de algumas de nossas debêntures em circulação.

## 10.2. Resultado Operacional e Financeiro

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita

##### Receita bruta

Nossa receita bruta compreende principalmente as receitas de (i) vendas de produtos, que incluem farmacêuticos de marca, vendas de produtos farmacêuticos genéricos e vendas de produtos não-farmacêuticos (como perfumes, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos, brinquedos e aparelhos eletrônicos); (ii) serviços prestados em nossas lojas próprias, tais como injeções, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio; e (iii) royalties e serviços de franchising. Nossa receita bruta compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a ser recebida para a venda de bens e serviços no decurso normal de nossos negócios.

##### Deduções de receita bruta

As deduções de receita bruta estão abaixo descritas:

- **Impostos sobre Vendas e Serviços** - Estamos sujeitos aos seguintes tributos: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISSQN”), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), PIS e COFINS (cada um deles abaixo definido).
  - ISSQN - As receitas brutas de serviços são compostas principalmente de receitas de royalties e estão sujeitas ao ISSQN. Em 31 de dezembro de 2016, a alíquota de ISSQN aplicável às nossas receitas brutas de serviços variam entre 2,75% e 5%.
  - ICMS - O ICMS é um imposto estadual de valor agregado estadual sobre as vendas e serviços e é aplicado à movimentação de bens, ao transporte e serviços de comunicação e ao fornecimento de quaisquer bens. As alíquotas variam dependendo do produto e do estado onde o produto é vendido, e as alíquotas sobre operações intra-estaduais diferem daquelas em operações interestaduais. Em todos os estados onde as nossas operações de lojas próprias estão localizadas (Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco e Pará), a substituição tributária do ICMS se aplica aos produtos farmacêuticos e a uma grande parte de produtos não-farmacêuticos que vendemos. Para todas as nossas compras intra-estaduais, o ICMS já

recolhido pelos fabricantes ou distribuidores, dependendo do estado, é repassada para nós como parte do custo do produto adquirido. Como resultado dessa substituição tributária, usamos a receita bruta como o nosso principal indicador de vendas e para a análise de margem. Em 31 de dezembro de 2016, a alíquota do ICMS aplicável às nossas vendas variava entre 17% e 18%.

- **PIS e COFINS** - Os produtos que vendemos também estão sujeitos ao Programa de Integração Social, ou PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ou COFINS. No âmbito do primeiro regime, conhecido como o "Regime Monofásico", no que diz respeito aos produtos farmacêuticos da chamada "Lista Negativa", o PIS e a COFINS são recolhidos apenas pelos fabricantes a uma alíquota agregada de 12,5% sobre a receita bruta de vendas do respectivo produto, enquanto que uma parcela significativa dos produtos farmacêuticos, incluídos na chamada "Lista Positiva", está isenta de PIS e COFINS. O segundo regime, conhecido como "Regime Não-Cumulativo", aplica-se a produtos não-farmacêuticos e baseia-se no regime de créditos de entrada e débitos de saída, com alíquotas entre 0,65% e 1,65% para o PIS e entre 3,00% e 7,60% para a COFINS. Outros produtos, como medicamentos, cujos preços são controlados pelo governo, são conhecidos como produtos da "Lista Neutra".
- **Retornos sobre Bens Vendidos** – Montantes reembolsados aos clientes em relação às devoluções de mercadorias são deduzidos da nossa receita bruta.
- **Abatimentos e Descontos** – Valores descontados de compras efetuadas pelos clientes em relação a quaisquer descontos ou abatimentos. Os descontos são reconhecidos na mesma base como receita quando auferidas durante o mesmo período.

#### Receita Líquida de Vendas

Nossa receita líquida de vendas resulta da receita bruta, líquida de deduções da receita bruta, tal como os impostos sobre vendas e serviços e retornos sobre bens vendidos, conforme descrito em mais detalhes acima.

#### Custo de Vendas

Nosso custo de vendas consiste, principalmente, de nossa compra de produtos de nossos fornecedores, e é calculado com base no custo médio de aquisição registrado na data da venda, e ainda leva em conta reduções. Deduzimos dos nossos custos de vendas os valores que recebemos de fornecedores para promover seus produtos, inclusive por meio da disponibilização de espaço adicional em nossas lojas ou nos caixas para a exibição de seus produtos.

#### Receitas (Despesas) Operacionais

### Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas consistem principalmente de (i) despesas de pessoal em nossas lojas e centros de distribuição, (ii) despesas com aluguel em relação à locação de imóveis para nossas lojas, que, devido à pluralidade de proprietários para um determinado imóvel, pode envolver mais de uma Contrato de Locação por loja (o que explica a razão do número de contratos de locação que temos em determinado período pode superar o número de lojas no mesmo período), (iii) taxas de administração cobradas pelas empresas de cartão de crédito, (iv) despesas de publicidade e marketing, (v) despesas com eletricidade, manutenção, logística e segurança, (vi) outras despesas diversas relacionadas aos nossos centros de distribuição.

### Despesas Gerais e Administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas incluem despesas associadas com nossas atividades corporativas e administrativas, incluindo (i) despesas de pessoal para os nossos cargos gerenciais e administrativos, (ii) depreciação e amortização, (iii) encargos fiscais e contribuições, (iv) despesas referentes ao nosso plano de participação nos resultados e, em certos períodos, ao nosso plano de opção de ações, (v) despesas com tecnologia e comunicação, e (v) provisões e outras perdas com contingências.

### Redução do valor recuperável (*impairment*) do ágio

A redução do valor recuperável do ágio se refere a qualquer baixa relacionada a nosso ágio quando não há expectativa de recuperação com base no teste de *impairment*.

### Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem a atividades que não decorrem de nossas principais atividades, incluindo (i) determinadas despesas relacionadas ao processo de integração, (ii) despesas relacionadas à amortização de dívidas comerciais, (iii) ajustes de preço de compra em relação às nossas aquisições, e (iv) reversões de perdas e outras provisões para devedores duvidosos e contingências.

### Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras incluem essencialmente ganhos associados a instrumentos de derivativos, juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos, e ganhos cambiais.

### Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras incluem, principalmente, taxas e outros pagamentos feitos em conjunto com nossos empréstimos, juros sobre empréstimos e outros financiamentos, perdas cambiais e perdas

associadas a instrumentos derivativos.

#### Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial reflete, até 2014, nossa participação proporcional nos lucros e perdas da Beauty'in Comércio de Bebidas e Cosméticos Ltda., ou Beauty'in, uma joint venture criada em 2012 para desenvolver produtos de marca própria na qual detínhamos 40,0%, os quais foram alienados em 05 de abril de 2016. Após a baixa desse investimento em dezembro de 2014, deixamos de registrar resultados de equivalência da Beauty'in em nossos resultados operacionais.

#### Redução do Valor Recuperável (*impairment*) de Coligadas

Nossa redução no valor recuperável de coligadas se refere à baixa relativa à nossa coligada Beauty'in, após a expectativa da nossa administração de que não havia recuperação desse investimento.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

Estamos sujeitos a imposto de renda e contribuição social às alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor. A atual alíquota de imposto de renda é de 15%, além de uma taxa adicional de 10% para o lucro tributável anual excedente a R\$240.000,00. A alíquota atual para a contribuição social é de 9%.

#### Imposto de Renda Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais ainda não reivindicados devido à previsão de que haverá lucro tributável disponível no futuro para compensar esses prejuízos fiscais.

### **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

#### Estratégia de atuação

Em contínua avaliação de oportunidades, a Companhia realizou as seguintes iniciativas: i) simplificação da estruturação societária e foco na operação de lojas próprias nas regiões Norte e Nordeste com a alienação da bandeira Rosário e ii) melhoria de controles e gestão da margem bruta. Com essas ações a Companhia obteve melhor desempenho em termos de margem relativa e potencializa o resultado das unidades de negócio com o direcionamento do foco.

#### Estoques

O elevado nível de endividamento e concentração de boa parte das obrigações no curto prazo ocasionaram uma piora sensível no capital de giro da Companhia, trazendo reflexos como a perda de crédito junto aos fornecedores e conseqüente queda substancial no abastecimento e nos níveis de estoques ao longo dos exercícios de 2016 e de 2017, o que, como conseqüência, levou ao incremento de rupturas e queda significativa das vendas.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Controles de preços do Governo Federal

Nosso custo de vendas é significativamente afetado pelo governo federal brasileiro, que, por meio da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (“CMED”), regula e controla os preços dos produtos farmacêuticos de marca e genéricos, cobrados por nossos fornecedores. Enquanto o preço de nossos produtos em nossas lojas é em grande parte ditado por fatores competitivos, os preços máximos pelos quais adquirimos produtos de fornecedores são determinados pela CMED, considerando taxas de inflação, produtividade e concorrência, nos termos da legislação aplicável. A CMED publica anualmente sua orientação de preços atualizada, incentivando assim nós e outros varejistas a estocar produtos no primeiro trimestre de cada ano, antes de aumentos de preços, para maximizar as margens nos trimestres subsequentes. De acordo com a lei aplicável, o máximo de aumento de preço para um dado medicamento genérico é fixado em, pelo menos, 30% abaixo do aumento para o medicamento de marca equivalente. A CMED estabelece três categorias distintas de medicamentos, cada uma delas baseada no nível de penetração de mercado dos medicamentos genéricos. A Categoria I abrange os medicamentos em que genéricos representam 20% ou mais do abastecimento corrente. A Categoria II abrange os medicamentos em que genéricos representam entre 15% e 20% do abastecimento corrente. Por fim, a Categoria III abrange os medicamentos em que os genéricos representam 15% ou menos do abastecimento corrente. Os medicamentos da Categoria I, os quais abarcam os medicamentos com maior penetração de mercado de genéricos, permitem a maior média de aumento de preços.

Mix de vendas e preço do ticket médio

Agrupamos os produtos que vendemos em três categorias diferentes: (i) produtos farmacêuticos de marca, (ii) produtos farmacêuticos genéricos, e (iii) produtos não-farmacêuticos, consistentes, principalmente, de itens de higiene e beleza pessoal, bem como de telefonia móvel e produtos e serviços relacionados, de nossa rede Big Ben. Enquanto nossa receita bruta é tipicamente mais elevada quando o nosso mix de vendas inclui volumes maiores de produtos farmacêuticos de marca (uma vez que esses produtos são geralmente mais caros), a nossa margem de lucro é melhor para produtos farmacêuticos genéricos, devido ao menor custo de aquisição desses produtos. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, 44,2%, 18,2% e 36,6% de nossa receita bruta foi representada por produtos farmacêuticos de marca, produtos farmacêuticos genéricos, e produtos não-farmacêuticos,

respectivamente, e 1,0% de nossa receita bruta resultou de taxas e serviços de franchising da nossa rede Farmais.

Nosso preço de ticket médio, que representa a venda média por cliente por visita, também é afetado pelo nosso mix de vendas. Calculamos o preço do ticket médio dividindo nossa receita bruta de vendas pelo número total de clientes em um determinado período.

### Sazonalidade

A venda de certos produtos farmacêuticos e não farmacêuticos está sujeita a tendências sazonais.

#### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Nosso negócio é diretamente influenciado pelas condições econômicas do Brasil, uma vez que todas as nossas operações estão localizadas nesse país e todas as nossas receitas são em reais. O ambiente econômico brasileiro tem sido historicamente caracterizado por variações significativas em seu crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Nossos resultados operacionais e situação financeira são influenciados por esses fatores e os efeitos que esses fatores têm sobre as taxas de desemprego e o poder de compra dos consumidores, bem como a disponibilidade de crédito e os salários médios no Brasil. Somos particularmente impactados por condições macroeconômicas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde estão localizadas nossas bandeiras Big Ben e Sant'Ana.

Nos últimos anos, o setor farmacêutico varejista brasileiro tem se beneficiado diretamente do (i) aumento da renda da população brasileira em geral, (ii) envelhecimento da população que está desproporcionalmente representada na nossa base de consumidores, e (iii) aumento da disponibilidade e tendências de consumo de medicamentos genéricos no Brasil. Esperamos que esses fatores continuem a afetar de forma relevante nosso negócio. Exceto em relação ao nível da renda pessoal, tais fatores estão em grande parte isolados da crise econômica e, no caso dos medicamentos genéricos, podemos realmente nos beneficiar de uma recessão econômica. Acreditamos que a expiração de patentes de produtos farmacêuticos de marca no futuro, juntamente com o aumento da consciência do consumidor no país sobre medicamentos genéricos podem melhorar significativamente nossas vendas de medicamentos genéricos, que normalmente possuem margens de lucro mais elevadas do que os produtos farmacêuticos de marca. Esperamos que isso possa ser especialmente verdade em tempos de restrição financeira, uma vez que os medicamentos genéricos são mais baratos do que os produtos farmacêuticos de marca. Por outro lado, apesar da resistência relativa do setor em comparação aos outros segmentos de varejo no Brasil, o setor farmacêutico varejista pode ser afetado negativamente pelo crescimento econômico reduzido ou por uma recessão no país, contribuindo potencialmente para menores receitas, devido em parte a uma redução da renda disponível dos consumidores. Além disso,

em uma desaceleração econômica, nossos consumidores podem ter acesso restrito a planos de saúde e médicos, o que é um ativador das principais exigências no nosso setor. Não obstante, se o acesso a médicos e à saúde for restrito devido a uma contenção econômica ou de outra forma, isto também poderá ser uma oportunidade de incitar a população a buscar assistência alternativa para suas necessidades médicas básicas e, conseqüentemente, aumentar o fluxo de consumidores a nossas farmácias, as quais já estão desenvolvendo iniciativas destinadas a oferecer serviços básicos de saúde para clientes.

Os baixos níveis de confiança dos consumidores, , podem afetar significativamente o segmento de varejo brasileiro, uma vez que os clientes podem ser incapazes ou estarem menos dispostos a gastar. No entanto, o mercado farmacêutico do Brasil tem sido mais resistente do que outros mercados de varejo neste ambiente de recessão.

### **10.3. Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras**

#### **a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais.

#### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, não foram realizadas aquisições ou alienações.

Em 11 de novembro de 2015, a Companhia alienou a participação societária que detinha na Mais Econômica. Desde que a adquirimos a bandeira Mais Econômica em março de 2011, ela tem constantemente sobrecarregado nossos resultados operacionais e consumido caixa, apesar de nossos esforços para torná-la lucrativa. Por exemplo, nossa receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 diminuiu 4,0% em relação ao mesmo período de 2014, enquanto que, ao excluir a bandeira Mais Econômica, nossa receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 teria aumentado 0,8% em relação ao mesmo período de 2014. Além disso, ao excluirmos a Mais Econômica, nossa receita bruta seria de R\$3.227,7 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 comparada a R\$3.203,6 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 das informações contábeis históricas. Como parte dos esforços mais amplos da nossa administração para retornar à lucratividade, vendemos nossa bandeira Mais Econômica em novembro de 2015, por R\$44,0 milhões.

O valor que receberemos pela venda da bandeira Mais Econômica será pago em múltiplas parcelas ao longo dos próximos 4 anos, conforme segue:

- R\$39,0 milhões, em parcela única, com juros remuneratórios atrelados à variação do CDI, acrescido da sobretaxa de 1,5%, com o primeiro pagamento a ser realizado em novembro de 2018;
- R\$5,0 milhões, em 12 parcelas mensais, mais juros remuneratórios atrelados à variação do CDI, acrescida de 3%, com o primeiro pagamento a ser realizado em dezembro de 2018

Acreditamos que a venda da marca Mais Econômica foi um passo fundamental em nossos esforços para racionalizar nossas operações e retornar à lucratividade, e isso deverá igualmente servir para reduzirmos nossos custos e despesas, controlar melhor nosso capital de giro e fazer com que nossa administração volte a focar sua atenção a outras marcas mais rentáveis.

Em 5 de abril de 2016 a Companhia alienou sua participação indireta na Beauty'in S.A.. Neste sentido, a Beauty'in passou a ser 100% de propriedade da empresária Cristina Arcangeli. Com isso, a Companhia e sua subsidiária Farmais Produtos S.A., focou em seu *core business* representado pelas atividades de varejo farmacêutico e de franquias; e a Beauty'in, precursora no segmento de alimentícios ficou sob gestão exclusiva de sua acionista controladora, Cristina Arcangeli.

Em 10 de novembro de 2016, tendo sido cumpridas as condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a Companhia concluiu a alienação da sua participação na Rede Rosário que passou a ser controlada pela Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. O valor que receberemos pela venda da Rede Rosário será pago em múltiplas parcelas ao longo dos próximos 3 anos, conforme segue:

- R\$32,0 milhões, parcela (i) do preço, pagamento a vista, realizado em novembro de 2016.
- R\$1,5 milhões, parcela (i) do preço, valor do ajuste do pagamento a vista, atualizado com juros remuneratórios atrelados à variação do CDI, com pagamento a ser realizado em julho de 2017;
- R\$84,2 milhões, parcela (ii) do preço, com juros remuneratórios atrelados a 120% da variação do CDI, com pagamento a ser realizado em novembro de 2019;

#### **c. Eventos ou operações não usuais**

Em 9 de janeiro de 2018, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo, protocolizou pedido de recuperação judicial perante o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo com os objetivos de: (i) continuar avançando na recuperação e solução da crise financeira Companhia, de forma

organizada e com prazos e procedimentos pré-estabelecidos; (ii) manter a normalidade operacional da Companhia e suas subsidiárias, controladas e demais empresas do grupo; e (iii) resguardar o valor e preservar o caixa e capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta mesma data.

O pedido de recuperação judicial está em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, sob nº 1000990-38.2018.8.26.0100. Em 11 de janeiro de 2018, foi deferido o processamento da recuperação judicial, bem como nomeado como administrador judicial a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.189.924/0001-03, com endereço à Av. Doutor Chucri Zaidan, 1240, Edifício Golden Tower, 5º andar, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP: 04709-111, representada por Luis Vasco Elias, CPF: 073.762.938-09, e endereço eletrônico [grupobrpharma2vfrj@gmail.com](mailto:grupobrpharma2vfrj@gmail.com).

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado em 60 (sessenta) dias úteis da data do deferimento da recuperação judicial, sob pena de falência. Em 19 de fevereiro de 2018 foi publicado Edital de Convocação de Credores e Terceiros Interessados, nos termos do artigo 52, §1º da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas ao administrador judicial através dos endereços supra mencionados.

#### **10.4. Mudanças Práticas Contábeis – Ressalvas e Ênfases**

As informações a seguir apresentadas expressam a opinião da Administração.

O relatório dos auditores independentes referente ao exercício social de 2017 foi uma abstenção de opinião em virtude da

Os relatórios dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais de 2016, 2015 e 2014, foram emitidos sem ressalvas.

##### **a. Mudança significativa nas práticas contábeis**

Não aplicável, tendo em vista que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

##### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicável, tendo em vista que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

1) Ênfase relativa a Demonstração do Valor Adicionado

A Administração da Companhia acredita que as ênfases contidas nos pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015 e 2014 não representam imprecisões nas demonstrações contábeis. Dessa maneira, a Administração da Companhia entende que as demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorções relevantes.

2) Ênfase relativa a Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

A administração acredita que a ênfase incluída pela KPMG no relatório dos auditores sobre a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, enfatizando que o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes (PwC) que emitiram relatório de auditoria datado em 23 de março de 2017, sem ressalvas, não representam imprecisões nas demonstrações financeiras. Dessa maneira, a Administração da Companhia entende que as demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorções relevantes.

3) Abstenção de opinião

Os auditores independentes contratados para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não expressaram uma opinião sobre as demonstrações financeiras devido ao fato de que a Companhia ingressou em Recuperação Judicial, registrando que foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Segundo os auditores independentes, considerando que Companhia e suas controladas estão ainda em processo de elaboração do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) e que a continuidade operacional dependerá da aprovação do referido plano em Assembleia Geral de Credores (“AGC”), não foi possível determinar, no estágio atual, qual seria o desfecho desse assunto, seus impactos nas demonstrações financeiras, bem como concluíram se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras, era apropriado.

A Administração da Companhia entende que as demonstrações financeiras foram preparadas com base nas informações disponíveis, bem como nas decisões tomadas, na ocasião de sua preparação e estão livres de distorções relevantes.

**10.5 - Políticas Contábeis Críticas**

## Políticas Contábeis e Estimativas Significativas

### **Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos dos impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32 (IAS 12).

### **Reconhecimento de receita**

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas auferem receita de venda de produtos (medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos), receita de royalties e receitas de serviços.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Os descontos, são reconhecidos na mesma base que a receita considerando as características e mesma competência.

#### Receita com royalties

As receitas com royalties são, basicamente, as receitas da controlada Drogarias Farmais S.A., que administra a rede de franquias Farmais. A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. As receitas de “fee” são reconhecidas na proporção da competência e transferência dos riscos e benefícios.

#### Receita com serviços

As receitas com serviços são basicamente as receitas com prestação de serviços de correspondente bancário nos recebimentos de contas de concessionárias públicas e recarga de créditos para telefones celulares. Essas receitas são reconhecidas na medida que esses serviços são prestados.

## **Tributos**

### Tributos sobre vendas

As receitas de vendas de produtos e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - até 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – até 7,6%;
- Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN) – 5%; e
- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – até 30%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de vendas na demonstração do resultado.

### Imposto de renda e contribuição social – Correntes e Diferidos

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro por ano, somente no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos

investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### **Benefícios a colaboradores**

São reconhecidos em conta no passivo de salários e encargos sociais, os valores correspondentes aos benefícios a colaboradores decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações, ambos existentes em plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das demonstrações financeiras, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

### **Plano de opção de compra de ações**

O plano de opção de compra de ações que pode ser outorgado ao presidente, aos diretores, sejam eles estatutários ou não, e aos funcionários (“Beneficiários”), segundo o qual a Companhia recebe os serviços dos beneficiários como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O custo de transações é mensurado inicialmente ao valor justo de outorga utilizando o modelo Black & Scholes de valorização, conforme detalhes na Nota 24.2. Esse valor justo é reconhecido na demonstração do resultado ao longo dos exercícios durante o período de aquisição do direito pelo executivo.

## **Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

### **(i) Ativos financeiros**

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, acordos comerciais.

### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

#### b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial a valor justo, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como outras despesas operacionais no resultado. Os empréstimos e recebíveis compreendem “Contas a receber de clientes”, “Acordos Comerciais”, “Mútuo com partes relacionadas” e “Contas a receber com partes relacionadas”.

### **(ii) Passivos financeiros**

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso daqueles mensurados ao custo amortizado, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, debêntures, outras contas a pagar, Mútuo com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

### **Mensuração subsequente**

#### Passivos financeiros ao custo amortizado

Após reconhecimento inicial, ao valor justo, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **Ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros**

Os elementos integrantes do ativo e do passivo financeiro decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetua análise dos valores de ativos e passivos, identificando as transações relevantes para reconhecimento de ajuste a valor presente. Os efeitos de ajuste a valor presente foram considerados imateriais pela Companhia e, por isso, não registrados.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, e quando não há risco de redução significativa em seu valor de liquidação se realizado antes do prazo de vencimento.

### **Contas a receber**

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### **Acordos comerciais**

A Companhia negocia com seus fornecedores, oportunidades de venda diferenciada de seus produtos na rede de lojas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características de natureza complexa.

As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios decorrentes da venda a Programas de Benefícios, exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e (ii) abatimentos por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas. Os valores são reconhecidos na rubrica de Acordos comerciais a medida em que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido,

direito ao recebimento do valor financeiro acordado, etc). O ganho auferido com a negociação é registrado na rubrica de Custo das mercadorias vendidas.

## **Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios deduzidas as despesas de venda, impostos sobre vendas e a provisão para perdas de mercadorias. A provisão para perda é constituída para mercadorias vendidas e avariadas e para perdas estimadas entre o intervalo dos procedimentos de inventários. As reversões da redução ao valor de recuperação dos estoques são realizadas na medida da recuperação ou extinção dos eventos de perda.

## **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e perdas por impairment. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **Ativos intangíveis**

### Ágios nas aquisições de negócios

O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros que se espera que serão gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios. Os ágios não são amortizados, pois possuem vida útil indefinida, sendo testados quanto à perda de seu valor recuperável no mínimo anualmente.

### Fundo de comércio

Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, os quais são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às

taxas anuais mencionadas na Nota 15, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação.

#### Licenças de uso de software

Licenças de uso de software são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas pelo prazo da licença, pelas taxas descritas na Nota 15.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa efetiva do ativo.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de vida longa e que amortizam com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### **Custos de empréstimos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais ou específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início de sua contratação.

A Companhia classifica os alugueis incorridos como arrendamento mercantil operacional, já que não são transferidos para a Companhia todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo de arrendamento mercantil.

A Companhia não possui arrendamentos financeiros.

### **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

### **Resultado por ação**

A Companhia efetua o cálculo do resultado básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento contábil CPC 41 (IAS 33).

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

### **Informações por segmento**

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio nos segmentos de varejo e serviços, sendo varejo o mais representativo.

Varejo: Comércio varejista de medicamentos e higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC).

Serviço: são, basicamente, receitas decorrentes da atividade de administração da rede de franquias Farmais.

### **Mensuração do valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo

idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

As informações a seguir apresentadas expressam a opinião da Administração da Companhia.

### a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

### b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

## 10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

### a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

### b. Natureza e o propósito da operação

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

### c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

## 10.8 Plano de Negócios

### a. Investimentos, incluindo:

#### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2014, a Companhia alterou seu ritmo de expansão em relação aos últimos quatro anos, período em que realizou, em média, 97 aberturas de lojas por ano. A desaceleração aconteceu em razão do cenário macroeconômico mais desafiador e das restrições financeiras oriundas principalmente das dificuldades operacionais enfrentadas durante o ano de 2014, tais como a impossibilidade de abastecer nossas lojas de maneira eficiente, a maturação de nossos novos centros de distribuição e a realização de investimentos em capital de giro para preparar a Companhia para a migração de sistemas e, conseqüentemente, para um futuro de crescimento sustentável. Nesse contexto, a Companhia promoveu uma reestruturação das equipes de trabalho, na gestão das operações orientada para a geração de

resultados e de caixa e na estabilização e melhoria da infraestrutura construída até então.

Em 2014, fizemos investimentos de R\$153,0 milhões, uma redução de 46,4%, de R\$285,2 milhões em 2013. Dos investimentos realizados em 2014, R\$42,4 milhões foram gastos em ativos imobilizados, R\$67,5 milhões foram gastos em aquisições e R\$43,1 milhões foram gastos em outros ativos intangíveis, comparados aos R\$98,3 milhões, R\$129,6 milhões e R\$57,3 milhões gastos em ativos imobilizados, aquisições e outros ativos intangíveis, respectivamente, em 2013.

Em 2015, a Companhia precisou adotar um ritmo de crescimento orgânico mais cauteloso com o intuito de focar sua atenção na melhoria dos processos logísticos, no aumento de produtividade de suas lojas e na captura de sinergias entre as redes adquiridas. Nosso plano de investimento a partir de 2015 incluiu a plena integração da bandeira Big Ben em nossos negócios, atualização de nossos sistemas, melhorias contínuas em nossa estrutura de logística e manutenção básica do nosso portfólio atual de lojas.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, fizemos investimentos de R\$86,2 milhões, uma redução de 80,6% em relação aos R\$153,0 milhões registrados no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014.

Com o alto nível de endividamento que a Companhia experimentou durante os anos de 2015 e 2016, uma contínua redução nos níveis de capital de giro, com consumo dos estoques e consequente redução dos níveis de vendas, prejudicando significativamente seu resultado e indicadores operacionais. Neste sentido, entre as iniciativas empreendidas no decorrer de 2015 e 2016, para aliviar a restrição de caixa da Companhia, foi realizada a alienação da rede Mais Econômica e Drogaria Rosário, permitindo a redução da exigência de caixa, bem como a implantação de estratégia focada de lojas próprias nas regiões Norte e Nordeste.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, fizemos investimentos de R\$66,7 milhões, redução de 29,4% em relação aos R\$86,2 milhões registrados no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não fez investimentos.

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Em 9 de janeiro de 2018, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo, protocolizou pedido de recuperação judicial perante o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo com os objetivos de: (i) continuar avançando na recuperação e solução da crise financeira Companhia, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-estabelecidos; (ii) manter a normalidade operacional da Companhia e suas subsidiárias, controladas e demais empresas do grupo; e (iii) resguardar o valor e preservar o caixa e capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta mesma data.

O pedido de recuperação judicial está em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do

Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, sob nº 1000990-38.2018.8.26.0100. Em 11 de janeiro de 2018, foi deferido o processamento da recuperação judicial, bem como nomeado como administrador judicial a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.189.924/0001-03, com endereço à Av. Doutor Chucri Zaidan, 1240, Edifício Golden Tower, 5º andar, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP: 04709-111, representada por Luis Vasco Elias, CPF: 073.762.938-09, e endereço eletrônico [grupobrpharma2vfrj@gmail.com](mailto:grupobrpharma2vfrj@gmail.com).

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado em 60 (sessenta) dias úteis da data do deferimento da recuperação judicial, sob pena de falência. Em 19 de fevereiro de 2018 foi publicado Edital de Convocação de Credores e Terceiros Interessados, nos termos do artigo 52, §1º da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas ao administrador judicial através dos endereços supra mencionados.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em 11 de novembro de 2015, a Companhia vendeu a Mais Economia por R\$44,0 milhões.

Em 05 de abril de 2016, a Companhia vendeu sua participação indireta na Beauty'in.

Em 10 de novembro de 2016, a Companhia vendeu a Rosário por R\$173,4 milhões.

**b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**

Não foram realizados investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos ou serviços.

**ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**

Não foram realizados investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos ou serviços.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e**

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não foram realizados investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos ou serviços.

**10.9 Outros Fatores com Influência Relevante**

Não tivemos outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

## PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas: A Administração da **BRASIL PHARMA S.A.** (“Companhia”) vem propor à Assembleia Geral Ordinária a Proposta de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal<sup>1</sup>, para o exercício social de 2018, nos seguintes termos:

1. Administração: até **R\$ 3.558.874,84**, que será dividida da seguinte forma: (i) **R\$ 450.000,00**, destinados ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) **R\$ 3.108.874,84**, destinados à Diretoria.

2. Conselho Fiscal: até **R\$ 176.590,80**.

Ainda, em cumprimento ao artigo 12, inciso II, da ICVM 481/2009, segue em anexo o item 13 do Formulário de Referência.

Esta é a proposta que temos a apresentar.

São Paulo, 29 de março de 2018.

**A ADMINISTRAÇÃO**

---

<sup>1</sup>Considerando que o Conselho Fiscal da Companhia tem caráter não permanente, foi elaborado orçamento para remuneração de seus membros prevendo a hipótese de sua instalação ser requerida na Assembleia Geral Ordinária.

**ANEXO À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL  
(Item 13 do Formulário de Referência, ICVM 480/2009)**

**13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

*(a) objetivos da política ou prática de remuneração*

Entendemos que o alinhamento de interesses entre a administração e acionistas é fundamental para atingirmos nossas metas e objetivos, por isso oferecemos remuneração variável com base em resultados concretos e efetivos. Buscamos atrair e reter profissionais qualificados, com o estabelecimento de metas objetivas e transparentes, bem como atualização profissional constante, além de compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. Possuímos uma cultura baseada no reconhecimento do mérito individual e na remuneração variável para alinhamento de interesses entre os acionistas e os administradores.

*(b) composição da remuneração, indicando:*

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

**Conselho de Administração:** Os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus a qualquer tipo de remuneração, exceto pelos nossos Conselheiros Independentes que fazem jus à remuneração fixa mensal.

**Diretoria Estatutária e Não Estatutária:** Os membros da nossa Diretoria estatutária e não estatutária fazem jus à: (a) remuneração fixa, paga a título de salário fixo mensal, com o objetivo de atrair e manter profissionais altamente qualificados; e (b) remuneração variável, paga a título de participação nos resultados, com o objetivo de estimular o comprometimento e motivar os nossos Diretores. Além disso, os nossos Diretores recebem benefícios diretos e indiretos, tais como: seguro de vida, assistência médica e hospitalar, assistência odontológica, auxílio refeição, auxílio alimentação e estacionamento em nosso edifício.

**Conselho Fiscal:** Os membros do nosso Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração referente a cerca de 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, foi atribuída a cada diretor, não computados os benefícios e outras verbas, conforme previsto no artigo 162, parágrafo 3<sup>a</sup>, da Lei das Sociedades por Ações. Referida remuneração tem por objetivo manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral.

**Comitês:** Os membros dos nossos Comitês de Finanças e Recursos Humanos, quando instalados, não recebem remuneração específica pelo fato de participarem de referidos Comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

#### Valores relativos ao exercício de 2017

% em relação à remuneração total				
	Remuneração	Remuneração	Baseada em	Total
	Anual Fixa	Variável	ações	
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria	81,75%	18,25%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100%

#### Valores relativos ao exercício de 2016

% em relação à remuneração total				
	Remuneração	Remuneração	Baseada em	Total
	Anual Fixa	Variável	ações	
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria	82,41%	17,59%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100%

#### Valores relativos ao exercício de 2015

% em relação à remuneração total				
	Remuneração	Remuneração	Baseada em	Total
	Anual Fixa	Variável	ações	
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria	52,01%	47,99%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração fixa pagos aos nossos administradores, executivos e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. A remuneração variável é calculada com base no nosso Plano de Remuneração Variável, implementado para o exercício de 2014, baseado em resultados financeiros dos nossos negócios (EBITDA), no alcance de metas operacionais definidas para cada uma das áreas e, também, na avaliação de competências comportamentais individuais, objetivando maximizar o valor agregado de nossos administradores.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração se justificam pelo incentivo à melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com o desempenho de curto prazo e os resultados de longo prazo.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração que não são independentes, bem como aos membros dos Comitês, não fazem jus a qualquer tipo de remuneração.

*(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração*

Além das notas pela avaliação das competências comportamentais, consideramos o alcance dos seguintes indicadores e métricas operacionais e financeiras da Companhia para compor a remuneração dos executivos da Companhia, dentre outros, o valor do EBITDA, geração de fluxo de caixa, o qual é desdobrado em metas para cada uma das áreas, tais como: integração das redes de farmácias; sistemas de implementação, metas de vendas, níveis de tolerâncias comerciais, níveis de encolhimento e gestão de capital de giro, entre outros. O atingimento das metas globais da Companhia desencadeia a remuneração individual.

*(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho*

A parcela variável da remuneração de nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão. As metas são estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração e aplicadas a todos os executivos elegíveis. Cada meta possui sua respectiva variação monitorada mensalmente em relação ao indicador estabelecido e está diretamente relacionada a nosso desempenho no período avaliado.

Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores à título de bônus ou participação nos resultados da Companhia, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas individuais dos nossos administradores.

*(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia*

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos por nós desenvolvidos, de tal maneira a alinhar os interesses destes aos nossos interesses.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores.

Em longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados por meio da outorga de opções de compra de nossas ações aos membros de nossa administração. Atualmente a Companhia não possui plano de opção de compra de ações ativo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia referente ao exercício de 31 de dezembro de 2017.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

### 13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valores Previstos no exercício de 2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	450.000,00	2.314.521,18	176.590,80	2.941.111,98
Benefícios direto e indireto		281.841,92		281.841,92
Participações em comitês				
Outros		512.511,74		512.511,74
<b>Remuneração variável</b>				-
Bônus				-
Participação de resultados		-		-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
<b>Pós-emprego</b>				-
<b>Cessaç�o do cargo</b>				-
<b>Baseada em a�oes</b>				-
<b>Observa�o</b>				-
<b>Total da remunera�o</b>	450.000,00	3.108.874,84	176.590,80	3.735.465,64

Obs.: Excepcionalmente para a previsão de 2018 não está previsto o pagamento de participa o nos resultados em razão da recupera o judicial da Companhia atualmente em trâmite.

Valores Pagos no exercício de 2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,17	2,99	1,00	9,16
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	64.000,00	2.660.296,49	-	2.724.296,49
Benefícios direto e indireto		315.705,29		315.705,29
Participações em comitês				-
Outros		527.669,65		527.669,65
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus				-
Participação de resultados		664.280,00		664.280,00
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
<b>Pós-emprego</b>				
Cessação do cargo		306.312,99		306.312,99
Baseada em ações				-
Observação				-
<b>Total da remuneração</b>	<b>64.000,00</b>	<b>4.474.264,42</b>	<b>-</b>	<b>4.538.264,42</b>

Obs.: O cálculo do número de membros de cada órgão está detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência.

Valores Previstos para o exercício de 2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,75	3,00	11,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	160.000,00	2.769.320,00	144.000,00	3.073.320,00
Benefícios direto e indireto		493.216,69		493.216,69
Participações em comitês		-		-
Outros		770.152,11		770.152,11
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus				-
Participação de resultados		4.170.722,40		4.170.722,40
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
<b>Pós-emprego</b>				
Cessação do cargo				-
Baseada em ações				-
Observação				-
<b>Total da remuneração</b>	<b>160.000,00</b>	<b>8.203.411,20</b>	<b>144.000,00</b>	<b>8.507.411,20</b>

Obs.: O cálculo do número de membros de cada órgão está detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência.

Valores Pagos no exercício de 2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,17	3,84	3,00	12,01
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	96.000,00	3.009.462,29	28.000,00	3.133.462,29
Benefícios direto e indireto		275.240,35		275.240,35
Participações em comitês				-
Outros		1.581.486,21		1.581.486,21
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus				-
Participação de resultados		701.180,97		701.180,97
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
<b>Pós-emprego</b>				-
<b>Cessação do cargo</b>		1.255.607,63		1.255.607,63
<b>Baseada em ações</b>				-
<b>Observação</b>				-
<b>Total da remuneração</b>	<b>96.000,00</b>	<b>6.822.977,45</b>	<b>28.000,00</b>	<b>6.946.977,45</b>

Obs.: O cálculo do número de membros de cada órgão está detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência.

Valores Pagos no exercício de 2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,58	4,16	3,00	13,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	16.000,00	2.382.734,02	64.000,00	2.462.734,02
Benefícios direto e indireto		132.577,78		132.577,78
Participações em comitês				
Outros		728.339,95		728.339,95
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus				
Participação de resultados		2.993.460,12		2.993.460,12
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>16.000,00</b>	<b>6.237.111,87</b>	<b>64.000,00</b>	<b>6.317.111,87</b>

Obs.: O cálculo do número de membros de cada órgão está detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência.

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Os membros do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal não recebem remuneração variável no exercício de seus cargos. Abaixo apresentamos a remuneração variável dos membros da nossa Diretoria prevista para pagamento em 2018 e paga em 2017, 2016 e 2015. Excepcionalmente para a previsão de 2018 não está previsto o pagamento de participação nos resultados em razão da recuperação judicial da Companhia atualmente em trâmite.

#### Valores Previstos para o exercício de 2018

	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3,00
Nº de membros remunerados	3,00
<b>Bônus</b>	
Valor mínimo previsto	-
Valor máximo previsto	-
Valor previsto – metas atingidas	-
Valor efetivamente reconhecido	-
<b>Participação no Resultado</b>	
Valor mínimo previsto	-
Valor máximo previsto	-
Valor previsto – metas atingidas	-
Valor efetivamente reconhecido	-

#### Valores referentes ao exercício de 2017

	Diretoria Estatutária
Nº de membros	2,99
Nº de membros remunerados	3,00
<b>Bônus</b>	
Valor mínimo previsto	-
Valor máximo previsto	-
Valor previsto – metas atingidas	-
<b>Participação no Resultado</b>	
Valor mínimo previsto	2.566.598,40
Valor máximo previsto	4.170.722,40
Valor previsto – metas atingidas	3.208.248,00

**Valores referentes ao exercício de 2016**

	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3,84
Nº de membros remunerados	3,00
<b>Bônus</b>	
Valor mínimo previsto	
Valor máximo previsto	
Valor previsto – metas atingidas	
Valor efetivamente reconhecido	
<b>Participação no Resultado</b>	
Valor mínimo previsto	1.751.000,00
Valor máximo previsto	4.727.700,00
Valor previsto – metas atingidas	3.502.000,00
Valor efetivamente reconhecido	701.180,97

**Valores referentes ao exercício de 2015**

	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4,16
Nº de membros remunerados	3,75
<b>Bônus</b>	
Valor mínimo previsto	
Valor máximo previsto	
Valor previsto – metas atingidas	
Valor efetivamente reconhecido	
<b>Participação no Resultado</b>	
Valor mínimo previsto	1.931.207,08
Valor máximo previsto	4.334.000,00
Valor previsto – metas atingidas	4.334.000,00
Valor efetivamente reconhecido	2.993.460,12

#### **13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações vigente.

#### **13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, não houve outorga de opções de ações e, portanto, não foi reconhecido no resultado da Companhia qualquer montante referente à remuneração baseada em ações. Em relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, não temos previsão de realizar novas outorgas, visto a extinção do 2º Plano de Opção de Compra de Ações.

#### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Em 31 de dezembro de 2017, não havia opções em aberto do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

#### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 não foram exercidas opções pelos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

#### **13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não foram exercidas opções nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, bem como houve a extinção do 2º Plano de Opção de Compra da Companhia em 2018.

#### **13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Emissora</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Controladores diretos</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Controladas da Emissora</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Sob controle comum</b>	N/A	N/A	N/A

#### **13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, uma vez que não possuímos Planos de Previdência.

### 13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais (R\$)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
<b>Nº de membros</b>	2,99	3,84	4,16	4,89	5,17	6,58	-	3,00	3,00
<b>Maior</b>	1.162.788,70	1.299.032,41	2.506.749,80	192.000,00	96.000,00	9.600,00	-	84.000,00	64.000,00
<b>Menor</b>	-	197.142,70	71.558,85	96.000,00	-	8.000,00	-	-	-
<b>Médio</b>	455.035,22	498.235,45	776.027,73	160.000,00	96.000,00	8.800,00	-	28.000,00	64.000,00

#### Observações:

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2017</b>	Todos os membros da nossa Diretoria Estatutária foram remunerados.
<b>31/12/2016</b>	Todos os membros da nossa Diretoria Estatutária foram remunerados.
<b>31/12/2015</b>	Todos os membros da nossa Diretoria Estatutária foram remunerados.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2017</b>	Três membros foram remunerados, sendo que no mês de maio houve a troca de membros durante o mês, havendo remuneração parcial para três membros, cada qual correspondente ao seu respectivo período.
<b>31/12/2016</b>	Apenas um membro era remunerado
<b>31/12/2015</b>	Apenas um membro era remunerado

Conselho Fiscal	
<b>31/12/2017</b>	Não houve instalação do Conselho Fiscal da Companhia.
<b>31/12/2016</b>	Apenas um membro era remunerado, visto que os demais renunciaram à remuneração.
<b>31/12/2015</b>	Apenas um membro era remunerado, visto que os demais renunciaram à remuneração.

### 13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não possuímos outros mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### 13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não houve percentual na remuneração total reconhecida no nosso resultado referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

#### **13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Os administradores e membros do Conselho Fiscal não receberam quaisquer valores que não aqueles em decorrência da função ocupada.

#### **13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, não houve valores reconhecidos nos resultados de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros da Diretoria estatutária ou do Conselho de Administração.

#### **13.16 Outras informações relevantes**

Esclarecemos que, para fins do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integram o montante global da remuneração dos administradores:

- (i) O valor destinado à remuneração dos membros do Conselho Fiscal; e
- (ii) O valor correspondente às contribuições para o INSS, que sejam ônus do empregador, reconhecidas em seu resultado. Quando cabível, os valores incidentes sobre as remunerações fixa e variável deverão ser informados, respectivamente, nas letras “c.i” e “c.ii” (“outros”), conforme OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2016.

O número de membros de cada órgão para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 indicados nos itens 13.2, 13.3, 13.7 e 13.11 acima, correspondem à média anual do número de membros de cada órgão, desconsiderando os membros suplentes, apurado mensalmente para cada exercício social, com duas casas decimais, considerando, inclusive, a quantidade de dias em que permaneceu no cargo, conforme detalhado a seguir:

<b>Diretoria</b>	<b>2015</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>
Janeiro	4	2	4	4	3	3	3
Fevereiro	4	2	4,04	4,04	3	3	3
Março	4	3	4	4	2,87	2,87	3
Abril	4	4	4	4	3	3	3
Maiο	4	4	4	4	3	3	3
Junho	4	4	3,97	3,97	3	3	3
Julho	4	4	2,68	2,68	3	3	3
Agosto	4	4	2,97	2,97	3	3	3
Setembro	5	5	4,83	4,83	3	3	3
Outubro	5	5	4	4	3	3	3
Novembro	4	4	4	4	3	3	3
Dezembro	4	4	3,65	3,65	3	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>45</b>	<b>46,13</b>	<b>46,13</b>	<b>35,87</b>	<b>35,87</b>	<b>36</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>4,16</b>	<b>3,75</b>	<b>3,84</b>	<b>3,84</b>	<b>2,99</b>	<b>2,99</b>	<b>3,00</b>

Obs.: A segunda coluna de cada exercício foi inserida para fins de demonstração da composição do item 13.3 "c"

Obs.: A coluna 2018 trata da composição projetada para o ano.

<b>MESES</b>	<b>Conselho de Administração</b>				<b>Conselho Fiscal</b>			
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Janeiro	6	6	4,74	2,29	3	3	-	-
Fevereiro	6	6	5	2	3	3	-	-
Março	6	5	5	2,96	3	3	-	-
Abril	7	5	4,27	5	3	3	-	3
Maiο	7	5	5	5	3	-	-	3
Junho	7	5	5	5	3	-	-	3
Julho	7	5	5	5	3	-	-	3
Agosto	7	5	5	5	3	-	-	3
Setembro	7	5	5	5	3	-	-	3
Outubro	7	5	5	5	3	-	-	3
Novembro	6	5	5	5	3	-	-	3
Dezembro	6	5	4,74	5	3	-	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>62</b>	<b>58,75</b>	<b>52,25</b>	<b>36</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>6,58</b>	<b>5,17</b>	<b>4,89</b>	<b>4,35</b>	<b>3,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0</b>	<b>2,25</b>



**EM SEDE DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

## **ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM SEDE DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O objetivo desta seção é apresentar as informações relevantes à análise das matérias submetidas à apreciação de V.Sas. em sede de Assembleia Geral Extraordinária, permitindo, assim, a formação de convicção e a tomada de decisão informada e refletida por parte das Senhoras e dos Senhores Acionistas.

### **1. Alteração do jornal de grande circulação da Companhia**

A Administração da Companhia vem submeter, à apreciação de seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, proposta para alteração do jornal de grande circulação da Companhia utilizado para publicações legais, do atual Valor Econômico para O Estado de São Paulo.

Esta pauta tem o objetivo de otimizar os custos com publicações legais incorridos pela Companhia, mantendo um jornal reconhecido por investidores. Caso aprovada esta matéria, todas as publicações legais da Companhia deverão ser veiculadas no novo jornal de grande circulação, a partir de sua aprovação, nos termos do §3º do artigo 289 da Lei 6.404/76.

### **2. Extinção do 2º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia**

A Administração da Companhia vem submeter, à apreciação de seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, proposta de extinção do 2º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de janeiro de 2015 (“2º Plano”).

Desde a criação do 2º Plano até a presente data não foram outorgadas opções de compra pelo Conselho de Administração da Companhia. Tal inatividade pode ser justificada pelas alterações nas cotações das ações da Companhia, que chegaram a menos de R\$1,00 (um real) (“Penny Stock”) no mesmo ano de aprovação do 2º Plano. Por esta razão, em atendimento ao Manual do Emissor da B3 S.A., atual denominação da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a Companhia precisou realizar um grupamento de ações, a qual foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2015, na proporção de 50 (cinquenta) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do capital social.

Com este processo realizado e de acordo com as regras aprovadas do 2º Plano, o preço de exercício atualizado passou a ser de R\$187,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) por ação, corrigido pelo IPCA, desde 24 de junho 2014 até a data do exercício. Considerando a atual cotação das

ações em aproximadamente R\$1,99<sup>2</sup>, não há qualquer atrativo financeiro na outorga ou exercício do 2º Plano.

Não obstante a inaplicabilidade financeira, as regras de exercício estabelecidas no 2º Plano eram válidas para até 06 (seis) meses a contar do término do exercício social de 2016. Isto é, ainda que houvesse uma outorga para beneficiários estabelecidos nos critérios existentes, não há qualquer previsão vigente e/ou válida para o exercício a partir de julho de 2017.

Por estas razões, a Administração da Companhia entende que o 2º Plano não condiz com a atual realidade da Companhia ou possui critérios válidos para atender as expectativas de possíveis beneficiários, sendo favorável à sua extinção.

---

<sup>2</sup> Cotação da BPHA3 em 29 de março de 2018.

## ORIENTAÇÕES GERAIS

### 1. BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

A Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015 (“ICVM 561/2015”), que alterou a ICVM 481/2009, regulamentou a votação a distância e a inclusão de propostas de deliberação e candidatos em assembleias gerais de companhias abertas registradas na categoria A e autorizadas por entidade administradora de mercado à negociação de ações em bolsa de valores. No exercício de 2018, a adoção do boletim de voto a distância tornou-se obrigatória para todas as companhias abertas em tais condições.

Dessa forma, foi disponibilizado boletim de voto a distância pela Companhia, na presente data, nas páginas da Companhia (<http://ri.brasilpharma.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores, em versão passível de impressão e preenchimento manual.

Os boletins de voto a distância constantes do **Anexo I** e **Anexo II** contém as matérias constantes da agenda da assembleia geral arroladas nesta Proposta. Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia Geral deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas no boletim, observados os seguintes procedimentos:

a) Envio do boletim diretamente à Companhia

Depois de preenchido o boletim, os senhores acionistas deverão enviar, por meio de correspondência ao endereço do escritório da Companhia localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 9º andar, Pinheiros, CEP 05422-902, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, observando-se os requisitos previstos no art. 21-M da ICVM 481/2009, os seguintes documentos:

- (i) Via física do boletim de voto a distância relativo a assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado;
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:
  - a. Para pessoas físicas: documento de identidade com foto.
  - b. Para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os demais documentos societários que comprovem a representação do acionista, bem como documento de identidade com foto do representante legal.
  - c. Para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e demais documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.
- (iii) Comprovante da qualidade de acionista, através de extrato expedido pela instituição

depositária de ações escriturais ou em custódia, nos termos do artigo 41 da Lei 6.404/76, conforme alterada. A Companhia poderá dispensar a apresentação do comprovante pelo titular de ações que conste da relação de acionistas fornecida pelo seu atual escriturador.

Os documentos assinados no exterior serão aceitos desde que devidamente notariados e legalizados perante o consulado brasileiro nos termos requeridos pela legislação vigente.

É facultado aos acionistas encaminhar previamente uma via digitalizada da documentação supramencionada para o endereço eletrônico [ri@brph.com.br](mailto:ri@brph.com.br), todavia, somente serão computados os votos cuja documentação original tenha sido recebida na sede social da Companhia até o dia 23 de abril de 2018.

Nos termos do artigo 21-U da ICVM 481/2009 a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do seu recebimento, sobre a validade do boletim de voto a distância e dos documentos que o acompanham. A Companhia comunicará aos acionistas, no mesmo prazo, sobre eventual necessidade de retificação ou reenvio do boletim e/ou dos documentos que o acompanham, o que deverá ser feito até 23 de abril de 2018.

b) Envio por meio dos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo art. 21-B da ICVM 481/2009, além do envio do boletim de voto a distância diretamente para a Companhia, os senhores acionistas poderão enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam enviadas até 23 de abril de 2018.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central, caso seja prestado este serviço pelo respectivo agente, ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Banco Bradesco S.A., instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração de ações da Companhia ("Escriturador").

As instruções de voto feitas por acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam em ambiente escritural deverão ser entregues em qualquer agência do Escriturador em território nacional.

O agente de custódia e o Escriturador verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e/ou com

o Escriturador, caso necessitem de informações adicionais, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

No caso de acionistas que possuam parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

Em atendimento à ICVM 481/2009, serão desconsideradas quaisquer instruções de voto divergentes em relação a uma mesma deliberação e que tenham sido emitidas por um mesmo acionista, considerado, para tanto, o seu número no CPF ou CNPJ, conforme o caso.

## 2. INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 161 da Lei das S.A., o acionista ou o conjunto de acionistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, pode requerer a instalação do Conselho Fiscal para a Companhia.

Consoante o artigo 291 da Lei das S.A., a CVM pode fixar escala reduzindo o percentual mínimo para solicitar o procedimento de requerimento para instalação do Conselho Fiscal em função do capital social das companhias abertas. Nesse sentido, o artigo 2.º da Instrução CVM n.º 324, 19 de janeiro de 2000 (“ICVM 324/2000”) apresenta a seguinte escala para requerimento de voto múltiplo:

<b>Intervalo do Capital Social (R\$)</b>	<b>% de Ações com Direito a Voto</b>	<b>% de Ações sem Direito a Voto</b>
Até R\$50.000.000,00	8%	4%
Entre R\$50.000.000,00 e R\$100.000.000,00	6%	3%
Entre R\$100.000.000,00 e R\$150.000.000,00	4%	2%
Acima de R\$150.000.000,00	2%	1%

Considerando que o capital social da Companhia, no último dia do mês anterior à convocação da Assembleia Geral era superior ao limite de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), o percentual para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de, pelo menos, 2% (dois por



cento) do capital social total e votante, nos termos do artigo 161 da Lei das S.A. e do artigo 2.º da ICVM 324/2000.

Assim, tendo em vista que o capital social da Companhia, acima transcrito, está dividido em 113.081.127 (cento e treze milhões, oitenta e um mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias, o pedido de voto múltiplo poderá ser feito por acionista ou grupo de acionistas titular de, no mínimo, 2.261.623 (dois milhões, duzentas e sessenta e uma mil, seiscentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia.



**BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

*Companhia Aberta*

CNPJ/MF n.º 11.395.624/0001-71

NIRE 35.300.374.797

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018**

ANEXO I – BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA – MATÉRIAS AGO

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**AGO - BRASIL PHARMA S.A. de 30/04/2018**

<b>Nome do Acionista</b>
<b>CNPJ ou CPF do acionista</b>
<b>E-mail</b>
<p><b>Orientações de preenchimento</b></p> <p>O presente boletim de voto a distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.</p> <p>Para que o boletim seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte do quórum da Assembleia (i) todos os campos abaixo deverão ser devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista; e (iii) ao final, o acionista (ou seu representante legal, conforme o caso) deverá assiná-lo.</p>
<p><b>Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante</b></p> <p>Para o exercício de voto a distância por meio de envio do boletim de voto diretamente à Companhia, o acionista deverá encaminhar os seguintes documentos para Rua dos Pinheiros, nº 498, 9º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05422-902, aos cuidados do Departamento Jurídico:</p> <p>(i) Via física do boletim de voto a distância relativo a assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado;</p> <p>(ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:</p> <p>a. Para pessoas físicas: documento de identidade com foto.</p> <p>b. Para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os demais documentos societários que comprovem a representação do acionista, bem como documento de identidade com foto do representante legal.</p> <p>c. Para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e demais documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.</p> <p>(iii) Comprovante da qualidade de acionista, através de extrato expedido pela instituição depositária de ações escriturais ou em custódia, nos termos do artigo 41 da Lei 6.404/76, conforme alterada. A Companhia poderá dispensar a apresentação do comprovante pelo titular de ações que conste da relação de acionistas fornecida pelo seu atual escriturador.</p> <p>Os documentos assinados no exterior serão aceitos desde que devidamente notariados e legalizados perante o consulado brasileiro nos termos requeridos pela legislação vigente. É facultado aos acionistas encaminhar previamente uma via digitalizada da documentação supramencionada para o endereço eletrônico <a href="mailto:ri@brph.com.br">ri@brph.com.br</a>, todavia, somente serão computados os votos cuja documentação original tenha sido recebida na sede social da Companhia até 7 (sete) dias anteriores à data da assembleia geral.</p> <p>Em atendimento ao artigo 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou complementação, caso necessário.</p> <p>Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.</p> <p>O serviço de coleta e transmissão de voto a distância poderá ser realizado também pelo Banco Bradesco S.A., agente escriturador de ações da Companhia, através da apresentação do boletim de voto a distância devidamente preenchido e documentos de identidade com foto em qualquer agência do Banco Bradesco. Ressaltamos que esta alternativa é válida somente para acionistas com ações escrituradas junto ao Banco Bradesco S.A.</p>
<p><b>Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia</b></p> <p>Endereço postal: Rua dos Pinheiros, nº 498, 9º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05422-902, aos cuidados do Departamento Jurídico</p> <p>Endereço eletrônico: <a href="mailto:ri@brph.com.br">ri@brph.com.br</a></p>
<p><b>Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato</b></p> <p>O escriturador da Companhia é o Banco Bradesco S.A., o qual receberá os boletins de voto a distância em qualquer agência em todo território nacional.</p>
<b>Deliberações / Questões relacionadas à AGO</b>
<p><b>Deliberação Simples</b></p> <p>1. Discussão e votação sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017</p>

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**AGO - BRASIL PHARMA S.A. de 30/04/2018**

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**Deliberação Simples**

2. Deliberação quanto à Proposta para a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**Deliberação Simples**

3. Deliberação quanto à Proposta relativa à Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal, caso os acionistas requeiram sua instalação

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**Questão Simples**

4. Deseja solicitar a instalação de Conselho Fiscal?

Sim  Não  Abster-se

Cidade : \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_\_

Assinatura : \_\_\_\_\_

Nome do Acionista : \_\_\_\_\_

Telefone : \_\_\_\_\_



**BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

*Companhia Aberta*

CNPJ/MF n.º 11.395.624/0001-71

NIRE 35.300.374.797

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018**

ANEXO I – BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA – MATÉRIAS AGE

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**AGE - BRASIL PHARMA S.A. de 30/04/2018**

<b>Nome do Acionista</b>
<b>CNPJ ou CPF do acionista</b>
<b>E-mail</b>
<p><b>Orientações de preenchimento</b></p> <p>O presente boletim de voto a distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.</p> <p>Para que o boletim seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte do quórum da Assembleia (i) todos os campos abaixo deverão ser devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista; e (iii) ao final, o acionista (ou seu representante legal, conforme o caso) deverá assiná-lo.</p>
<p><b>Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante</b></p> <p>Para o exercício de voto a distância por meio de envio do boletim de voto diretamente à Companhia, o acionista deverá encaminhar os seguintes documentos para Rua dos Pinheiros, nº 498, 9º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05422-902, aos cuidados do Departamento Jurídico:</p> <p>(i) Via física do boletim de voto a distância relativo a assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado;</p> <p>(ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:</p> <p>a. Para pessoas físicas: documento de identidade com foto.</p> <p>b. Para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os demais documentos societários que comprovem a representação do acionista, bem como documento de identidade com foto do representante legal.</p> <p>c. Para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e demais documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.</p> <p>(iii) Comprovante da qualidade de acionista, através de extrato expedido pela instituição depositária de ações escriturais ou em custódia, nos termos do artigo 41 da Lei 6.404/76, conforme alterada. A Companhia poderá dispensar a apresentação do comprovante pelo titular de ações que conste da relação de acionistas fornecida pelo seu atual escriturador.</p> <p>Os documentos assinados no exterior serão aceitos desde que devidamente notariados e legalizados perante o consulado brasileiro nos termos requeridos pela legislação vigente. É facultado aos acionistas encaminhar previamente uma via digitalizada da documentação supramencionada para o endereço eletrônico <a href="mailto:ri@brph.com.br">ri@brph.com.br</a>, todavia, somente serão computados os votos cuja documentação original tenha sido recebida na sede social da Companhia até 7 (sete) dias anteriores à data da assembleia geral.</p> <p>Em atendimento ao artigo 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou complementação, caso necessário. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.</p> <p>O serviço de coleta e transmissão de voto a distância poderá ser realizado também pelo Banco Bradesco S.A., agente escriturador de ações da Companhia, através da apresentação do boletim de voto a distância devidamente preenchido e documentos de identidade com foto em qualquer agência do Banco Bradesco. Ressaltamos que esta alternativa é válida somente para acionistas com ações escrituradas junto ao Banco Bradesco S.A.</p>
<p><b>Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia</b></p> <p>Endereço postal: Rua dos Pinheiros, nº 498, 9º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05422-902, aos cuidados do Departamento Jurídico</p> <p>Endereço eletrônico: <a href="mailto:ri@brph.com.br">ri@brph.com.br</a></p>
<p><b>Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato</b></p> <p>O escriturador da Companhia é o Banco Bradesco S.A., o qual receberá os boletins de voto a distância em qualquer agência em todo território nacional.</p>
<b>Deliberações / Questões relacionadas à AGE</b>
<p><b>Deliberação Simples</b></p> <p>1. Deliberação quanto à Proposta de alteração do jornal de grande circulação da Companhia</p> <p>[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se</p>

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**AGE - BRASIL PHARMA S.A. de 30/04/2018**

**Deliberação Simples**

2. Deliberação quanto à Proposta de extinção do 2º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

Cidade : \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_\_

Assinatura : \_\_\_\_\_

Nome do Acionista : \_\_\_\_\_

Telefone : \_\_\_\_\_